

Vitor Cei | Leno Francisco Danner

Marcus Vinícius Xavier de Oliveira | David G. Borges (Orgs.)

O QUE RESTA DAS JORNADAS DE JUNHO



FUNDAÇÃO RONDÔNIA DE AMPARO
AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES
CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS
E À PESQUISA DO ESTADO DE RONDÔNIA



Historicamente, a Filosofia no Brasil costuma seguir padrões e métodos ditados pelos centros intelectuais que possuem tradições filosóficas próprias, como Alemanha, França, Inglaterra e Estados Unidos. No entanto, há vários anos assistimos no país à discussão sobre a necessidade de uma língua filosófica própria, que permita um amplo e consistente debate de ideias. Apesar dos esforços contínuos para consolidar uma tradição de pensamento (e esta série da Editora Fi é apenas um dos exemplos), ainda falta à Filosofia Brasileira uma maior atenção aos grandes temas nacionais. Precisamos elaborar novos conceitos para pensar problemas que não podem ser tratados de forma satisfatória pelas teorias disponíveis, tais como o que ora nos reúne e convida a pensar: o *que resta das jornadas de junho*. Esta coletânea é fruto de um trabalho coletivo levado a efeito pelos autores que acolheram o desafio proposto pelos organizadores de pensar a atual crise política a partir de diversos contextos e vieses, mas preservando um núcleo comum: desconforto intelectual diante do horizonte da dinâmica teórico-política brasileira contemporânea. O resultado disso são reflexões que, em linhas gerais, discutem o legado conservador das jornadas de junho, a partir de conceitos como pemedebismo, distopia, falsa consciência, biopolítica, incitadores da turba, paulistanismo, judicialização da política e estado de exceção. E também apresentam diversas formas de resistência, tais como as redes de ações coletivas, a etnomídia e o ativismo estético.



 **editora fi**
www.editorafi.org



O QUE RESTA DAS JORNADAS DE JUNHO

Comitê Editorial da



Gilberto Mendonça Teles (PUC-RJ)

Márcio José Silveira Lima (UFSB)

Marcos Carvalho Lopes (UNILAB)

Rafael Hadock-Lobo (UFRJ)

Renato Nogueira (UFRRJ)

Ronie Alexsandro Teles da Silveira (UFSB)

Susana de Castro (UFRJ)

Charles Feitosa (UNIRIO)

Wanderson Flor Nascimento (UNB)

Ivan Melo (UNILAB)

Sérgio Schaefer (UNISC)

Aldir Araújo Carvalho Filho (UFMA)

O QUE RESTA DAS JORNADAS DE JUNHO

Vitor Cei

Leno Francisco Danner

Marcus Vinícius Xavier de Oliveira

David G. Borges

(Orgs.)

φ editora fi

Direção editorial: Ronie Alexandro Teles da Silveira

Diagramação e capa: Lucas Fontella Margoni

Foto da capa: Siu Chiu, a partir de obra de Florentijn Hofman

A regra ortográfica usada foi prerrogativa de cada autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi
estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Série Filosofia Brasileira - 5

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

CEI, Vitor; DANNER, Leno Francisco; OLIVEIRA, Marcus Vinícius Xavier de; BORGES, David G.
(Orgs.).

O que resta das jornadas de junho [recurso eletrônico] / Vitor Cej; Leno Francisco Danner;
Marcus Vinícius Xavier de Oliveira; David G. Borges (Orgs.). - Porto Alegre, RS: Editora Fi,
2017.

309 p.

ISBN - 978-85-5696-152-5

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Ética; 2. Estética; 3. Política; 4. Comunicação. I. Título. II. Série.

CDD-100

Índices para catálogo sistemático:

1. Filosofia 100

Do institucionalismo forte às jornadas de junho de 2013, e de volta ao institucionalismo forte: sobre o legado conservador das jornadas de junho e o desafio da esquerda teórico-política

Leno Francisco Danner

Fernando Danner

Agemir Bavaresco

Considerações iniciais

No texto, criticamos e recusamos a interpretação teórico-política bastante difundida das jornadas de junho de 2013 como um movimento em bloco e homogêneo (não obstante a pluralidade dos sujeitos epistemológico-políticos delas participantes, de suas pautas e de suas lutas heterogêneas) *da sociedade civil contra os partidos políticos em geral, contra o Estado e contra as instituições público-políticas* – em particular contra o *pemedebismo* partidário-institucional. Defendemos que essa interpretação apressada não se sustenta quando observamos o desenrolar dessas mesmas jornadas, primeiro em termos do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e, segundo e como consequência, da retomada do *pemedebismo* partidário-institucional conservador enquanto institucionalismo forte sob a forma do novo governo de coalizão entre PMDB, PSDB, DEM, PP e o Centrão parlamentar de um modo mais geral, e a partir da reafirmação da modernização conservadora que ataca diretamente conquistas político-institucionais mínimas das classes trabalhadoras em termos de social-desenvolvimentismo, sob a forma de aprovação da lei das terceirizações (trabalho), da reforma da previdência (aposentadoria) e de aprovação da PEC 241 (congelamento da expansão das instituições públicas e de investimentos públicos por pelo menos duas décadas).

Nosso argumento central consiste em apontar que, muito mais do que um movimento em bloco da sociedade civil contra os partidos políticos, portanto muito mais do que a sociedade civil contra esses mesmos partidos políticos, o que pudemos perceber, no desenrolar dessas mesmas jornadas de junho, foi exatamente a explicitação e a férrea e pungente contraposição entre duas correlações fundamentais para entendermos a sociedade brasileira neste início de século XXI, a saber, a correlação-contraposição de meritocracia branca, modernização conservadora e *pemedebismo* partidário-institucional conservador enquanto institucionalismo forte *versus* meritocracia parda, social-desenvolvimentismo e *lulismo* partidário-institucional enquanto *pemedebismo* mitigado-moderado-mediado (pelo social-desenvolvimentismo). Nesse sentido, mais uma vez, muito mais do que um movimento em bloco e homogêneo da sociedade civil contra os partidos políticos, o Estado e as instituições público-políticas, um movimento em bloco da sociedade civil sem os partidos políticos, o que pudemos perceber foi e é exatamente uma contraposição entre classes socioculturais que se serviu diretamente de e que teve correlações absolutamente diretas com sujeitos partidário-institucionais.

Nesse sentido, a meritocracia branca se serviu do *pemedebismo* partidário-institucional conservador contra o *lulismo* partidário-institucional e a meritocracia parda, e vice-versa. As jornadas de junho, por conseguinte, são, explicitaram e dinamizaram um conflito entre classes socioculturais antagônicas próprio à sociedade brasileira contemporânea, republicana, mas de modernização conservadora, com fortes elementos colonialistas e escravistas em sua constituição sociocultural, político-econômica e partidário-institucional. Isso nos permitirá criticarmos e contrapor-mos, no mesmo diapasão, a interpretações próprias da ciência política brasileira hodierna que concebem os fenômenos partidário-institucionais do *pemedebismo* e do *lulismo* enquanto totalmente institucionalistas e autorreferenciais, como fenômenos partidário-institucionais sem a sociedade civil e contra essa mesma sociedade civil, o que é totalmente equivocado, inclusive conforme pudemos ver no

desenrolar das jornadas de junho – o *pemedebismo* partidário-institucional conservador depende diretamente da hegemonia política, normativa e cultural da meritocracia branca em termos de sociedade civil e seu projeto de modernização conservadora, ao passo que o *lulismo* depende basicamente, como condição da aplicação de seu projeto político-institucional em termos de social-desenvolvimentismo, da hegemonia política, normativa e cultural da meritocracia parda na sociedade civil.

A partir disso, situaremos os fenômenos do *pemedebismo*, do *lulismo* e do social-desenvolvimentismo, bem como a meritocracia branca e a meritocracia parda enquanto classes socioculturais antagônicas, dentro do contexto sociocultural, político-econômico e partidário-institucional representado pela modernização conservadora enquanto plataforma societal-cultural-institucional de nossa constituição-evolução republicana. Desse modo, tendo por conclusão, como resultado mais pungente das jornadas de junho de 2013, a retomada do conservadorismo político-cultural na sociedade civil, sob a forma de hegemonia da meritocracia branca em relação à meritocracia parda, e do *pemedebismo* partidário-institucional conservador enquanto institucionalismo forte em termos institucionais com a derrocada do *lulismo* social-desenvolvimentista em termos partidário-institucionais, procuraremos pensar sobre a *práxis* epistemológico-política e estratégico-metodológica de uma esquerda pós-lulista e radicalmente anti-pemedebista que reafirma sua profunda ligação com a sociedade civil e com as classes socioculturais emancipatórias, que é política e politizante, e cuja dinâmica política fundamental vai da hegemonia política, cultural e normativa em termos de sociedade civil para a hegemonia partidário-institucional.

1. O institucionalismo forte, as jornadas de junho de 2013 e a guinada conservadora na sociedade civil e no horizonte partidário-institucional brasileiros

Apenas para um observador inicial as jornadas de junho de 2013 poderiam ser entendidas como um movimento

homogêneo, marcado pela heterogeneidade dos sujeitos epistemológico-políticos, de suas pautas e de duas lutas, em que o cerne da sua *práxis* teórico-política consistia na contraposição direta ao *pemedebismo-lulismo* enquanto institucionalismo forte, apolítico e despolitizador, autorreferencial e auto-subsistente, corrupto e corruptor, de cunho e de ação estratégico-instrumentais. Apenas para um observador inicial, portanto, havia um bloco sociocultural unitário, para além dos diferentes sujeitos epistemológico-políticos nelas participantes, que pudesse ser apontado enquanto tendo como meta a crítica e a oposição contundentes – e elas também homogêneas – em relação à corrupção partidária de um modo geral e à ineficiência e à degeneração das instituições público-políticas e do Estado em particular. Por fim, apenas para um observador inicial essas mesmas jornadas de junho de 2013 pareceram um movimento em bloco da sociedade civil contra o Estado, contra as instituições público-políticas e contra os nossos tradicionais – e bastante caducos – partidos políticos profissionais, dos grandes aos pequenos.

De todo modo, esse era o juízo de Marcos Nobre em relação às jornadas de junho de 2013. Seu núcleo duro, para além da heterogeneidade dos sujeitos epistemológico-políticos, de suas pautas e de suas lutas acima comentadas, era a crítica, o enquadramento e a contraposição abertos e radicais contra o *pemedebismo-lulismo*, em um movimento avassalador da sociedade civil contra as instituições, contra o Estado, contra os partidos políticos. Pela primeira vez na história republicana, esse movimento plural em termos de sujeitos epistemológico-políticos e, ao mesmo tempo, homogêneo em sua contraposição em bloco ao *pemedebismo-lulismo* adquiriu tal sentido, dimensão e impacto, ainda nas reflexões de Marcos Nobre: ele não possuía lideranças unitárias, ele não representava e não se representava por nenhum partido político, sindicato ou movimento social e ele não tinha pauta político-programática definida e orientadora. Muito pelo contrário, e essa seria sua característica verdadeiramente estarrecedora (para as elites partidário-institucionais) e revolucionária (para nós, os democratas, os teóricos da revolução

democrática, os cidadãos e as cidadãs interessados na *res publica*), sua *práxis* espontânea punha por terra a centralidade do institucionalismo em suas várias versões – desde partidos políticos, passando por sindicatos e movimentos sociais tradicionais e chegando-se às administrações públicas e aos legislativos. As jornadas possuíam, é verdade, sujeitos epistemológico-políticos, pautas e lutas bastante esdrúxulos e até anti-democráticos; delas participaram, aliás, os três Bolsonaro, Malafaia e Feliciano, Romero Jucá, Aécio Neves, José Serra, Agripino Maia e companhia limitada – alguns com discursos e práticas bastante fundamentalistas e autoritários, outros envolvidos diretamente nos casos de corrupção e de compra e venda de apoio político desvelados pela Operação Lava-Jato. Mas, no fim das contas, tudo sopesado, esse movimento unitário *da sociedade civil* contra o Estado, contra as instituições e, principalmente, contra os partidos políticos, e tendo como focomote a crítica, o enquadramento e a oposição ao *pemedebismo-lulismo* partidário-institucional, foi positivo exatamente por isso, por caracterizar-se por essa oposição em bloco dessa mesma sociedade civil – para além da pluralidade-heterogeneidade desses sujeitos epistemológico-políticos, de suas pautas e de suas lutas – contra os partidos políticos corruptos-corruptores, o Estado e as instituições ineptos e degenerados (cf.: Nobre, 2013a; 2013b).

É importante focarmos atenção neste qualificativo das jornadas de junho, que, para Marcos Nobre, representa seu sentido verdadeiramente emancipatório e realmente demarcador-distintivo para nossa história republicana e para nossa cultura público-política democrática: por ser um bloco epistemológico-político da sociedade civil contra os partidos políticos, as instituições e o Estado, por ser um movimento-*práxis* espontâneo contra o sentido tecnocrático dos partidos e das instituições e, por fim, por ser dinamizado por sujeitos epistemológico-políticos sem liderança centralizadora específica, ao contrário, nesse caso, dos líderes sindicais e dos caciques partidários, essas mesmas jornadas de junho teriam, em grande medida, pelo menos para aquele momento, posto em terra, enfraquecido, fragilizado e politizado o institucionalismo forte que teria marcado nosso

período de redemocratização sob a forma de *pemedebismo* partidário-institucional e, depois, de *lulismo* partidário-institucional. Esse é seu caráter e seu efeito revolucionários para nossa cultura público-política democrática e para nossa constituição republicana hodiernos, posto que não apenas fizeram tremer as bases do *pemedebismo-lulismo* (a sociedade civil contra o Estado), senão que também mostraram que a sociedade civil, para além dos partidos políticos, tem e deve ter poder político-normativo para enquadrar e modificar a estrutura partidário-institucional em termos de institucionalismo forte, tendo e devendo afirmar-se como arena, *práxis* e sujeito políticos e politizantes, não podendo ficar dependente eternamente das elites partidário-institucionais em particular, dos partidos políticos de um modo mais geral. Não seríamos mais reféns, nesse sentido, nem da poderosa e escabrosa tecnocracia partidário-institucional, nem das lideranças messiânicas carismáticas e populares e nem do institucionalismo forte; não precisaríamos mais contar com as bondades de um sistema partidário-institucional e de uma conjuntura de partidos políticos que distribuem migalhas à população enquanto se fartam com a riqueza da nação por meio do controle e da centralização e da monopolização do Estado e das instituições público-políticas por parte dos partidos políticos em bloco. Aliás, esse ponto é importante, se, tradicionalmente, em termos de Brasil republicano, os partidos políticos teriam sempre agido em bloco contra a sociedade civil, com as jornadas de junho nós podemos perceber exatamente o contrário, isto é, um movimento em bloco, uma oposição em bloco da sociedade civil contra o Estado, contra as instituições, contra os partidos políticos (cf.: Nobre, 2013a, p. 02-33; 2013b, p. 10-14). Porque o gigante acordou!

Ora, essa dupla observação de Marcos Nobre somente pode ser sustentada por uma análise bastante superficial e primária (isto é, feita logo no detonar das manifestações) das jornadas de junho de 2013, porque (a) não se tratou de um movimento em bloco da sociedade civil contra os partidos políticos, contra o Estado e contra as instituições públicas, e (b) esse mesmo movimento não significou uma contraposição ao

pemedebismo-lulismo como um todo, senão que pudemos perceber – e estamos percebendo, aliás – que as jornadas de junho de 2013 ramificaram-se na oposição de duas correlações bastante pungentes para entendermos a nossa modernização conservadora brasileira contemporânea e, aqui, o sentido, a dinâmica e o tipo de atuação do *pemedebismo* enquanto institucionalismo forte e o *lulismo* enquanto *pemedebismo* mitigado-moderado-dosado de social-desenvolvimentismo progressista: meritocracia branca, *pemedebismo* enquanto institucionalismo forte em termos partidário-institucionais e modernização conservadora *versus* social-desenvolvimentismo, *lulismo* e meritocracia parda. É essa correlação que não nos permite falar, como Marcos Nobre o fez apressadamente, nas jornadas de junho de 2013 como um movimento homogêneo da sociedade civil contra os partidos políticos, as instituições e o Estado e tendo por objetivo a crítica, o enquadramento e a oposição ao *pemedebismo-lulismo* partidário-institucional como um todo. Ao contrário disso, o que pudemos perceber, no acontecer das jornadas de junho de 2013 ao longo dos anos, passando pelo *impeachment* e chegando-se ao áudio de Romero Jucá, José Sarney e Renan Calheiros – em que falam de realizar o *impeachment* para barrar a carnificina da Operação Lava-Jato e substituir os quadros da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, assim como para calar os manifestantes das ruas (aqueles pertencentes à meritocracia branca) e a mídia central – e à *Lista Fachin* (que apresentou os líderes partidário-institucionais que conduziram o *impeachment* da presidenta Dilma Roussef como tendo cometido os mesmos ou até piores crimes em relação àqueles de que ela foi acusada), foi exatamente a polarização sociocultural entre, de um lado, a correlação de meritocracia branca, modernização conservadora e *pemedebismo* enquanto institucionalismo forte em termos político-partidários *versus* meritocracia parda, social-desenvolvimentismo e *lulismo*, a primeira correlação contra o *lulismo* e assumindo a legitimação do *pemedebismo*, a segunda contra o *pemedebismo* e a favor do *lulismo*.

Bem, citamos tantos conceitos que precisamos, antes de continuar, e como forma de continuar em verdade, explicá-los, para que possamos entender, a partir disso, o sentido estrutural

das jornadas de junho de 2013 e seus efeitos atuais, a saber, a retomada e a recomposição do *pemedebismo* conservador enquanto institucionalismo forte em termos partidário-institucionais, por meio da derrocada do *lulismo* em termos do *impeachment* de Dilma Rousseff, com a reafirmação do conservadorismo partidário-institucional e em termos de *meritocracia branca na sociedade civil*. Ora, falamos, ao longo do texto, em *pemedebismo*, *lulismo*, *modernização conservadora*, *social-desenvolvimentismo*, *meritocracia branca* e *meritocracia parda*. Procuraremos, agora, explicar e relacionar estes conceitos, para que nossa crítica e nossa proposta de reformulação das análises de Marcos Nobre no que se refere aos fenômenos do *pemedebismo* e das jornadas de junho de 2013 e as análises de André Singer no que diz respeito aos fenômenos do *lulismo*, do social-desenvolvimentismo e do subproletariado possam ser desenvolvidas e especificadas, permitindo-nos sustentar nosso argumento de que foi aquela correlação e oposição entre meritocracia branca, modernização conservadora e *pemedebismo* enquanto institucionalismo forte em termos partidário-institucionais *versus* meritocracia parda, social-desenvolvimentismo e *lulismo* que demarcou as jornadas de junho de 2013, e não, como defendeu Marcos Nobre, a contraposição em bloco da sociedade civil contra os partidos políticos, o Estado e as instituições, a partir do combate ao *pemedebismo-lulismo* como um todo.

Começemos com os conceitos de *pemedebismo* e de *lulismo*. No seu excelente e instigante *Imobilismo em Movimento*, Marcos Nobre define a constituição partidário-institucional brasileira pós-redemocratização pelo termo *pemedebismo*. Por este conceito, ele entende uma série de características estruturais à constituição, à legitimação e à ação de nossos partidos em termos de instituições público-políticas: (a) formação de maiorias suprapartidárias garantidoras de um governo de coalizão, o que exigiria exatamente a realização de uma prática partidário-institucional estratégico-instrumental em que a compra e a venda, assim como a apoliticidade e a despolitização, seriam os pontos-chave dessa dinâmica partidário-institucional; (b) dada essa necessidade de maiorias *suprapartidárias*, dada também essa *práxis* partidário-

institucional de cunho e de ação estratégico-instrumentais, tem-se, em consequência, a despolitização das contraposições, das contradições, das tensões e das diferenciações internas dos partidos políticos entre si, o que leva à sua apoliticidade, posto que um governo de coalizão calcado em maiorias suprapartidárias exige, como condição fundante e possibilitadora disso, exatamente essa despolitização geral e profunda, bem como uma homogeneização entre os partidos e suas pautas e suas lutas que acaba com qualquer possibilidade de contradição, de criticismo e de mobilização internas, de modo que tudo gira em torno e tudo depende de pautas, ações e sujeitos epistemológico-políticos despolitizados, apolíticos e, por isso mesmo, estratégico-instrumentais; (c) a autorreferencialidade e a auto-subsistência, a blindagem e a autonomização desses mesmos partidos políticos frente à sociedade civil, já que outra característica fundamental do *pemedebismo*, posto que *práxis* estratégico-instrumental de cunho e de orientação suprapartidária, consiste na sobreposição e na independência em relação à sociedade civil – um governo suprapartidário apolítico e despolitizador, autorreferencial e auto-subsistente, de cunho e de ação estratégico-instrumentais, somente é possível por meio dessa sobreposição, já que, na sociedade civil, o que vemos são exatamente as diferenciações, as contradições e as lutas entre os diferentes sujeitos epistemológico-políticos ou classes socioculturais, o que não pode ser afirmado, em termos de *pemedebismo*, nem na sociedade civil e nem na esfera partidário-institucional; e (d) a constituição, a legitimação e a normalização de uma *práxis* partidário-institucional que assume, solidifica e reproduz ao longo do tempo esse sentido e essa dinâmica estratégico-instrumentais, a compra e venda pura e simplesmente, do apoio político-partidário em termos de governo suprapartidário de coalizão, de modo que a politização sob a forma de contradições, de lutas, de tensões e de diferenciações socioculturais e político-econômicas são minimizadas e, ao cabo, até eliminadas da esfera partidário-institucional pela afirmação e pela centralidade quase que absolutas – possibilitadas pelo Centrão estratégico-instrumental, apolítico e despolitizador – da corrupção partidário-institucional,

do loteamento de cargos e da intrínseca ligação e dependência entre partidos políticos e capital privado (cf.: Nobre, 2013b, p. 42-57).

O *pemedebismo*, com isso, é uma estrutura, uma ação e um sujeito partidário-institucional marcados pelo *institucionalismo forte* de cunho e de dinâmica estratégico-instrumentais. O que é *institucionalismo forte*? Podemos defini-lo a partir de um conjunto de características interligadas e mutuamente dependentes. Primeira e mais fundamental, a autorreferencialidade e a auto-subsistência, a sobreposição e a autonomização dos partidos políticos em relação à sociedade civil sob um triplo prisma, a saber: (a) a centralidade dessa *práxis* estratégico-instrumental em relação à *práxis* político-normativa, de modo que a compra e venda, e não argumentos morais ou lutas sociais, passam para primeiro plano da esfera, da arena e do sujeito partidário-institucionais em termos de institucionalismo forte; (b) a minimização e, ao fim e ao cabo, a deslegitimação dos sujeitos epistemológico-políticos e de sua *práxis* político-normativa informal, em termos de sociedade civil, como base, como substrato da constituição, da legitimação e da ação institucional-partidárias, de modo que os partidos políticos entre si e a partir daquela política estratégico-instrumental bastam-se para adquirirem hegemonia ao longo do tempo (mesmo em termos de voto, em grande medida); (c) a apoliticidade e a despolitização partidário-institucionais, que são condições fundamentais para garantirem a autorreferencialidade e a auto-subsistência do institucionalismo forte em relação a si mesmo e por si mesmo, o que significa que, no institucionalismo forte e por meio dele, as diferenças, as contradições, as tensões e as lutas entre os partidos políticos entre si (a partir de sua vinculação direta à sociedade civil e, aqui, às suas diferenciações, contradições, tensões e lutas entre os sujeitos epistemológico-políticos ou classes socioculturais em disputa por hegemonia) são canceladas, apagadas e conciliadas dentro da sopa insossa do governo de coalizão suprapartidário, o que significa, novamente, a institucionalização de uma política partidária estratégico-institucional em que a compra e a venda de apoio político-partidário, e não a luta e o enfrentamento recíprocos, dão a tônica

do e definem o institucionalismo forte; e (d) despolitização da sociedade civil, seja em termos ideológicos, seja mesmo em termos de utilização do aparato violento do Estado diretamente contra os movimentos sociais, as iniciativas cidadãos e as minorias político-culturais críticos e contrapostos ao institucionalismo forte, de modo a afirmar a esfera, a *práxis* e os sujeitos partidário-institucionais, por si mesmos e para si mesmos, como as únicas instâncias de constituição, de legitimação e de dinamização tanto da esfera partidário-institucional quanto, a partir disso, da sociedade civil de um modo mais geral. A segunda característica do institucionalismo forte, com isso, significa a centralização e a monopolização partidário-institucionais da constituição-estruturação, da legitimação-fundamentação e da dinamização-evolução das instituições público-políticas e, em particular, do Estado, de modo a colocar a administração pública e o legislativo como a arena, a *práxis* e o sujeito epistemológico-políticos fundamentais de sua própria estruturação-legitimação-funcionamento ao longo do tempo e, a partir daqui, conforme dissemos acima, da sociedade de um modo mais geral – lembrando que, nesse caso, os partidos políticos, por si mesmos e para si mesmos, centralizam e monopolizam as instituições, tornando-se e tornando-as autorreferenciais e auto-subsistentes, autonomizadas e sobrepostas em relação à sociedade civil (cf.: Nobre, 2013b; Singer, 2012; Danner, 2016a; Danner, 2016b).

No institucionalismo forte, por conseguinte, há uma diferenciação e uma sobreposição estritas e contundentes entre instituições e sociedade civil, partidos políticos e sujeitos epistemológico-políticos não-institucionalizados, política partidário-institucional de cunho e de ação estratégico-institucionais e *práxis* político-normativa informal e espontânea em termos de sociedade civil, que garante a autorreferencialidade e a auto-subsistência, a apoliticidade e a despolitização dos partidos políticos e de suas práticas institucionais, possibilitando-lhes a sua blindagem relativamente à participação e aos clamores da sociedade civil (e possibilitando-lhes, em grande medida, instrumentalizarem e até cooptarem setores do judiciário em sua auto-defesa), substituindo a participação e a inclusão

socioculturais e a moralização da *práxis* partidário-institucional pela estruturação e pelo funcionamento estratégico-instrumentais de que falamos acima. No institucionalismo forte, a esfera partidário-institucional, dependente apenas da aliança estrita com o capital (porque não existe um institucionalismo puro, queremos insistir – comentaremos mais sobre isso logo adiante), pode escamotear a sociedade civil, pode despolitizar e marginalizar os sujeitos sociopolíticos espontâneos ou as classes socioculturais, transformando a política em uma ação estratégico-instrumental basicamente e eliminando seu sentido participativo, inclusivo e contraditório (cf.: Danner, 2016a; Danner, 2016b).

É por isso que Marcos Nobre chama o *pemedebismo* partidário-institucional enquanto institucionalismo forte, apolítico e despolitizador, autorreferencial e auto-subsistente, de sentido e de ação estratégico-instrumentais, como *imobilismo* em movimento, posto que, enquanto arena, *práxis* e sujeito epistemológico-político em termos partidário-institucionais, o *pemedebismo* como institucionalismo forte (a) centraliza e monopoliza a constituição, a legitimação e a dinamização da esfera partidário-institucional exclusivamente em si mesmo e para si mesmo, desde aquela *práxis* apolítica e despolitizadora, autorreferencial e auto-subsistente, estratégico-instrumental, bem como (b) despolitiza as contradições, as lutas, as diferenciações e as tensões internas à esfera partidário-institucional e entre os partidos políticos, homogeneizando-os, uniformizando-os (dando-lhes, portanto, um sentido estratégico-instrumental, despolitizado e apolítico) e garantindo, com isso, um governo suprapartidário que é, como condição disso, apolítico e despolitizador, autorreferencial e auto-subsistente, baseado na compra e venda de apoio político, e não em sua politização (cf.: Nobre, 2013b, p. 49). Além do mais, se trata de um *imobilismo em movimento* pelo fato de que os sucessivos governos democráticos desde 1989 assumiram o *pemedebismo* como base partidário-institucional e metodológico-programática de seu funcionamento e de sua legitimação, de sua hegemonia em termos partidário-institucionais – de Fernando Collor de Melo, passando por Fernando Henrique Cardoso, por Luis Inácio Lula da Silva, por

Dilma Rousseff e chegando-se a Michel Temer, todos esses governos hegemônicos foram e utilizaram-se do *pemedebismo*, e de um modo tal que, por exemplo, os partidos pemedebistas que constituíram a base parlamentar de apoio a FHC também fizeram parte, depois, da base parlamentar de apoio a Lula e a Dilma e, agora, sustentam o vice-presidente Michel Temer em seu governo pós-*impeachment*. Nesse caso, os governos mudam, mas as práticas estratégico-instrumentais, apolíticas e despolitizadoras, autorreferenciais e auto-subsistentes, corruptas e corruptoras, não – por isso, mais uma vez, *imobilismo em movimento* (cf.: Nobre, 2013b, p. 146-149).

Ora, qual o lugar do *lulismo* nesse contexto partidário-institucional pós-redemocratização e definido pelo *pemedebismo* enquanto institucionalismo forte e como dinâmica partidário-institucional de cunho e de ação estratégico-instrumentais? Segundo Marcos Nobre e, depois, André Singer, se em um primeiro momento o PT-*lulismo* teria como foco exatamente a crítica, o enquadramento e a transformação do *pemedebismo* enquanto institucionalismo forte, enquanto dinâmica partidário-institucional de cunho e de ação estratégico-institucionais, com a eleição de Lula em 2002 e sob a forma da *Carta ao Povo Brasileiro*¹, ainda de 2002, houve gradativamente, utilizando termos de Marcos Nobre, uma ocupação pela esquerda do *pemedebismo*, no sentido de que, por um lado, o *lulismo* assume esse jogo estratégico-instrumental da política *pemedebista*, com as consequências de autorreferencialidade e auto-subsistência, apoliticidade e despolitização, sobreposição e autonomização partidário-institucionais, em que a compra e venda de apoio político em termos de governo de coalizão é instituída na e normalizada pela esquerda, pelo menos no caso da esquerda petista-lulista (cf.: Nobre, 2013b, p. 103; Singer, 2012, p. 97-101); por outro lado, entretanto, o *lulismo* é uma forma de *pemedebismo* moderado, mitigado e mediado pelo social-desenvolvimentismo, posto que, se em termos partidário-institucionais houve essa assunção do *pemedebismo* pelo *lulismo*, em termos socioculturais

¹ Cf.: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>

tivemos exatamente a realização de um amplo projeto político-institucional de cunho social-desenvolvimentista calcado (a) no fortalecimento e na centralidade da política, do Estado e das instituições públicas em termos de orientação e de estímulo do desenvolvimento econômico-estrutural nacional, bem como, correlata e concomitantemente, (b) em programas de inclusão social, de distribuição de renda, de ampliação da educação superior, de oferta de micro-crédito por parte dos bancos públicos e, com tudo isso, de fomento e de consolidação da meritocracia parda, isto é, dos grupos de baixa renda, marginalizados, pequenos e médios empresários, dentro do contexto do social-desenvolvimentismo e por parte dele (cf.: Nobre, 2013, p. 172-175; Singer, 2012, p. 188-196).

Aqui estaria, em verdade, a característica fundamental e a grande contradição do *lulismo* enquanto *pedebismo* moderado, mitigado e mediado de e pelo social-desenvolvimentismo, a saber, por um lado normalização do *pedebismo* enquanto institucionalismo forte, apolítico e despolitizador, autorreferencial e auto-subsistente, de cunho e de ação estratégico-instrumentais, como o cerne da constituição, da legitimação e da dinamização da esfera, da *práxis* e dos sujeitos partidário-institucionais, o que significou um duplo e interligado aspecto: primeiro, despolitização das contradições, das tensões, das lutas e das diferenciações internas dos sujeitos partidário-institucionais e entre eles, dada a necessidade de uma maioria suprapartidária garantidora e viabilizadora do governo de coalizão; segundo, mas consequente ao primeiro, desligamento da correlação partido político e base sociocultural, o que significou, por parte do próprio PT-*lulismo* (ele que sempre necessitou dessa e sempre buscou essa ligação profunda com a militância cotidiana, com suas bases socioculturais na sociedade civil), a sobreposição e a autonomização institucional-partidárias em relação à sociedade civil, em relação às suas bases socioculturais na sociedade civil, inclusive com casos claros de utilização do aparato do Estado contra estas, ou mesmo, como figura própria do *lulismo*, a substituição da participação das massas pela figura messiânica e paternalista de *Lula*, em muitas ocasiões. Por outro lado, e ainda

em termos da característica fundamental e da contradição basilar do *lulismo*, realização de um projeto político-institucional desenvolvimentista de combate à pobreza (o que não é a mesma coisa que combate às desigualdades socioculturais), de integração sociocultural e de industrialização que, pela primeira vez em nosso período republicano, colocaram como cerne o papel do Estado, das instituições público-políticas e das políticas e dos direitos sociais enquanto o sujeito epistemológico-político, a *práxis* e o conteúdo democrático fundamentais para pensarmos na constituição de nossa sociedade em termos modernos e democráticos, em termos igualitários e de integração sociocultural. Por um lado, portanto, o social-desenvolvimentismo inclusivo, político e politizante, criador da meritocracia parda desde o instrumento da política, por meio do reforço e da vinculação socioculturais e político-econômicos do Estado e das instituições públicas; por outro, o *pemedebismo* enquanto institucionalismo forte, apolítico e despolitizador, autorreferencial e auto-subsistente, de cunho e de ação estratégico-instrumentais, em que a correlação de corrupção e de autonomização partidário-institucionais dá a tônica da constituição, da legitimação e da evolução partidário-institucionais (cf.: Nobre, 2013b, p. 103, p. 114; Singer, 2012, p. 13). E o *lulismo* é uma forma de *pemedebismo* mitigado, moderado e mediado porque, ao contrário do conservadorismo próprio ao *pemedebismo* tradicional, buscou realizar, desde as instituições público-políticas e com o auxílio do *pemedebismo*, uma política social-desenvolvimentista de integração sociocultural, de enfrentamento da pobreza e de indução da industrialização – ainda que sempre dependente da e marcada pela periferização econômica e pela centralidade, aqui, das *commodities* ou mesmo da industrialização primária, o que significa dependência dos grandes centros consumidores dela.

É por isso que André Singer define o *lulismo* como um *pacto conservador*, porque ele busca duas ações estratégico-metodológicas fundamentais em termos de projeto político-partidário-institucional hegemônico, a saber: primeira, aliança entre capital e trabalho, o que significa que o social-

desenvolvimentismo não tocará fundo e, portanto, não politizará as contradições de nossa modernização conservadora, como as desigualdades, a exploração e a violência de classe, assim como nossa situação periférica em termos econômico-culturais frente às economias centrais – a política petista, como claramente a definiu Emílio Odebrecht em depoimento à Força-Tarefa da Lava-Jato agradava ao capital, ao grande empresariado nacional, porque não buscava o radicalismo, a contraposição, a politização direta e abrangente das desigualdades e das oposições sociais, o empoderamento das classes socioculturais marginalizadas *em termos políticos, culturais e normativos*, senão que tinha como foco a tentativa de induzir via Estado o crescimento e a distribuição de renda, a promoção da meritocracia, sem tocar nas deficiências de nossa modernização conservadora e sem tornar sujeitos epistemológico-políticos àqueles grupos socioculturais marginalizados ou pobres atingidos pelo *lulismo* social-desenvolvimentista²; segunda, a normalização do *pemedebismo* partidário-institucional, de cunho e de ação estratégico-instrumentais, autorreferencial e auto-subsistente, apolítico e despolitizador, sobreposto e autonomizado em relação à sociedade civil, como a *práxis*, a arena e o sujeito epistemológico-político fundamental da dinâmica político-institucional brasileira, com profunda deslegitimação da sociedade civil. É nesse sentido, aliás, que podemos também perceber as observações de Marcos Nobre em relação ao *lulismo* partidário-institucional enquanto ocupação pela esquerda do *pemedebismo* conservador em termos partidário-institucionais, na medida em que esse mesmo *lulismo* assume o institucionalismo forte dosando-o, moderando-o e mediando-o com o social-desenvolvimentismo direcionado à inclusão sociocultural dos grupos marginalizados ou, nas palavras de André Singer, do subproletariado (cf.: Singer, 2012; Nobre, 2013b).

Esta análise, de todo modo, embora tenha feito referências diretas às e se utilizado amplamente das abordagens de Marcos Nobre e de André Singer, quer diferenciar-se deles,

² Cf.: http://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/14/politica/1492178532_302055.html

complementando-os, por julgar existirem alguns problemas teórico-políticos em suas abordagens dos fenômenos do *pemedebismo*, do *lulismo* e das jornadas de junho de 2013, conforme já mencionamos acima de passagem. Vamos aos pontos. Retomemos novamente Marcos Nobre tanto em sua definição do *pemedebismo* partidário-institucional como chave-de-leitura de nossa constituição partidário-institucional pós-redemocratização quanto, a partir daqui, em sua interpretação das jornadas de junho de 2013. O *pemedebismo* institucional-partidário enquanto institucionalismo político forte, autorreferencial e auto-subsistente, apolítico e despolitizador, de cunho e de ação estratégico-instrumentais é, nas análises de Marcos Nobre, um fenômeno basicamente partidário-institucional, que não tem ligação direta com a sociedade civil e, aqui, que não é tornado hegemônico por parte do sustento e da legitimação de alguma classe sociocultural ou de algum sujeito epistemológico-político próprio à sociedade civil. É um fenômeno basicamente institucional e que leva – este é o caso da abordagem de Marcos Nobre em relação ao *pemedebismo* – a uma análise teórico-política que tem como cerne o institucionalismo, uma análise teórico-política que é institucional, no sentido tanto de afirmar que o *pemedebismo* enquanto institucionalismo é um fenômeno fundamentalmente partidário-institucional quanto de pressupor que a análise e a compreensão institucionais dele são suficientes para entendê-lo e criticá-lo em seu funcionamento, em sua legitimação, em sua dinamização e em sua hegemonia ao longo do tempo.

A análise de Marcos Nobre, portanto, é institucionalista em dois pontos: primeiro, o *pemedebismo* partidário-institucional enquanto institucionalismo forte é um fenômeno em si mesmo e por si mesmo, que funciona e que pode ser compreendido em sua dinâmica e hegemonia em si mesmo e por si mesmo; segundo, e como consequência, é um fenômeno da esfera, da *práxis* e dos sujeitos partidário-institucionais em bloco e separado, autônomo em relação à sociedade civil, sem correlação com ela, sem dependência dela e sustento a partir dela – os sujeitos partidário-institucionais contra a sociedade civil. Em contrapartida, a análise

de Marcos Nobre das jornadas de junho de 2013 – não por acaso, aliás – concebe esse mesmo movimento, não obstante sua heterogeneidade de sujeitos epistemológico-políticos, de pautas e de ações, como um movimento em bloco da sociedade civil contra o Estado, contra as instituições, contra, em verdade, os partidos políticos pemedebistas e lulistas. No caso das jornadas de junho de 2013, haveria uma contraposição e um enquadramento diretos e pungentes da sociedade civil frente ao *pemedebismo-lulismo* enquanto institucionalismo forte, estratégico-instrumental, apolítico e despolitizador, autorreferencial e auto-subsistente. Se, no caso do *pemedebismo* enquanto institucionalismo forte em termos partidário-institucionais, teríamos os partidos políticos em bloco contra a sociedade civil, nas jornadas de junho de 2013 temos a pluralidade de sujeitos epistemológico-políticos da sociedade civil e participantes daquelas jornadas em bloco e em uníssono contra os partidos políticos. No primeiro caso, o institucionalismo contra a sociedade civil, o institucionalismo sem sociedade civil; no segundo caso, a sociedade civil contra o institucionalismo, a sociedade civil sem o e para além do institucionalismo. Como dissemos, basta uma análise mais detida ao desenrolar das jornadas de junho de 2013 e às suas consequências mais diretas, o *impeachment* da presidenta Dilma Roussef e a retomada do *pemedebismo* conservador enquanto institucionalismo forte, a partir da derrocada do *lulismo* social-desenvolvimentista em termos partidário-institucionais, inclusive com o silenciamento das ruas verde-amarelas, com o silêncio compassivo dos sujeitos epistemológico-políticos vestidos de verde-amarelo, para se perceber o equívoco dessa dupla abordagem: porque não existe *pemedebismo* partidário-institucional enquanto institucionalismo forte sem base sociocultural, sem hegemonia de classe na sociedade civil, e não existem jornadas de junho de 2013 sem ligação-correlação com o *pemedebismo* e com o *lulismo* em termos partidário-institucionais. Em verdade, havia uma ligação intrínseca entre *pemedebismo* conservador enquanto institucionalismo forte, modernização conservadora e meritocracia branca e entre *lulismo* social-desenvolvimentista e meritocracia parda.

Essa ligação é percebida e afirmada no conceito de *lulismo* desenvolvido por André Singer em seu excelente *Sentidos do Lulismo: Pacto Conservador e Reforma Gradual*. Com efeito, nesta obra, o *lulismo* é definido como uma forma de *pemedebismo* partidário-institucional moderado, mitigado, mediado de social-desenvolvimentismo, de modo que, por um lado, (a) *enquanto pemedebismo*, o *lulismo* partidário-institucional assume e fomenta um pacto sociopolítico entre classes que despolitiza e legitima a modernização conservadora, mantendo latentes e minimizando política e institucionalmente suas contradições (principalmente às classes trabalhadoras de um modo geral e aos grupos socioculturais marginalizados em particular), bem como, por outro, *enquanto social-desenvolvimentismo*, busca, por meio do fortalecimento da vinculação social, política e cultural das instituições público-políticas e do Estado, a correlação de inclusão sociocultural e de promoção do crescimento econômico, tanto por meio do fomento ao capital nacional (pensemos, aqui, nas grandes obras públicas subvencionadas pelo Estado e favorecedoras das empresas de construção civil) quanto por meio do estímulo às pequenas e médias atividades por meio do micro-crédito e também em termos de ampliação da oferta de educação superior e de renda básica mínima para os mais pobres. Isso permitiu ao *lulismo* – e esta é ainda uma de suas características centrais – assumir uma vinculação sociopolítica que o *pemedebismo* conservador (incluiremos, aqui, o neoliberalismo assumido e realizado pelo PSDB com apoio do DEM, antigo PFL) esteve longe de realizar, ganhando o apoio e a simpatia de grandes estratos da sociedade brasileira, principalmente entre as classes mais baixas (E, D e C, por exemplo), ao mesmo tempo em que, no âmbito partidário-institucional, assumia o *pemedebismo* enquanto arena, *práxis* e sujeito epistemológico-político de cunho e de ação estratégico-instrumentais, despolitizando-o, normalizando-o (segundo palavras de Marcos Nobre) como a forma partidário-institucional básica da organização, da gestão e da administração das instituições público-políticas e do Estado (cf.: Singer, 2012, p. 74-78; Neri, 2010, p. 13-30).

No caso da abordagem de André Singer, por isso mesmo, há uma ligação clara e direta entre institucionalismo e sociedade civil, entre *lulismo* e subproletariado que apresenta extrema força em termos de diagnóstico e de proposição teórico-políticos. Com efeito, essa política ao mesmo tempo *pemedebista* em termos partidário-institucionais e *social-desenvolvimentista* em termos político-institucionais e socioculturais teve como cerne a eliminação da pobreza por meio da promoção político-institucional e da integração sociocultural do subproletariado brasileiro, um dos produtos mais fundamentais de nosso processo de modernização conservadora e herança do colonialismo escravista. O que é o subproletariado? É exatamente o amplo espectro da sociedade civil que vive na linha da pobreza ou até abaixo dela, sem conseguir integrar-se na sociedade de trabalho (como proletário) e de consumo (como consumidor), praticamente destituído de direitos e de condições de vida, e vivendo de modo permanente o flagelo da miséria, da violência, do abandono e do obscurantismo (cf.: Singer, 2012, p. 14, p. 52, p. 116). Ora, os indicadores socioeconômicos dos governos petistas têm mostrado exatamente que esses grupos foram muito beneficiados pelas transferências de renda e por oportunidades de trabalho e de estudo em termos de *lulismo*, o que demonstraria, conforme se verificou a partir de 2006, ainda segundo André Singer, um realinhamento político, cultural e eleitoral, em que esse mesmo subproletariado teria passado em cheio ao apoio do *lulismo*, garantindo a reeleição de Lula, não obstante o desgaste sofrido pelo *Escândalo do Mensalão* e, depois, duas eleições consecutivas de Dilma Roussef, ao passo que, nesse mesmo período, a classe média, tradicional aliada do PT-Lula, decepcionada tanto com os escândalos de corrupção quanto com o alto custo social de nossas taxas de juros e de impostos (que levaram à perda do poder de compra dessa mesma classe média), passou a apoiar em cheio a dobradinha PSDB-DEM – gerando, a partir daqui, ainda segundo André Singer, a contraposição entre ricos (Sul e Sudeste) *versus* pobres (Norte, Nordeste e Centro-Oeste), mais do que entre direita e esquerda (cf.: Singer, 2012, p. 35).

Note-se bem esse ponto: há uma correlação muito forte entre *lulismo* e subproletariado, a partir de 2006, assim como entre classe média e *pemedebismo*, ainda a partir dessa época. Mais ainda, é importante mencionar-se essa centralidade do subproletariado enquanto classe social garantidora da hegemonia política, partidária e institucional do *lulismo*. O subproletariado – André Singer segue, aqui, as abordagens de Karl Marx e de Antonio Gramsci – não é uma classe social em sentido estrito, com consciência e ação de classe, ao estilo do proletariado. Ele é, em verdade, uma subclasse dotada, correlatamente, de ausência de politicidade, de certo conservadorismo religioso-político e, principalmente, por tudo isso, incapaz de construir sua própria hegemonia política, cultural, social e normativa. Por isso, tradicionalmente, sempre foi conduzido pelo cabresto ou paternalisticamente pelas nossas oligarquias, elites políticas, autoridades messiânicas e, hodiernamente, pelo próprio *lulismo*. Isso quer dizer, então, que o subproletariado, dados seu conservadorismo e sua apoliticidade, teria sido o sustentáculo histórico, em nosso processo de modernização conservadora, de todo e qualquer governo, passando de nossas oligarquias agrárias, para nossos ditadores de plantão e chegando-se ao *pemedebismo* partidário-institucional? Pelas abordagens de André Singer, essa é uma conclusão perfeitamente possível, dada a centralidade do subproletariado em termos quantitativos e certamente também no que diz respeito à sua centralidade política, social e cultural, em nossa sociedade (cf.: Singer, 2012, p. 52). Ou seja, uma subclasse apolítica, sem consciência e ação de classe, garantiu hegemonia ao longo do tempo não apenas ao *lulismo*, seu aliado mais recente, mas também à modernização conservadora de um modo mais geral? Uma classe incapaz de hegemonia concedeu respaldo cultural, político e normativo ao longo do tempo à modernização conservadora? Isso não nos parece sustentável, porque a hegemonia partidário-institucional não se sustenta sem a correlata hegemonia política, normativa e cultural em termos de sociedade civil, sem uma classe sociocultural garantidora, condição fundamental daquela hegemonia partidário-institucional, e esse certamente não é o caso do subproletariado, de modo que,

aqui, não é a correlação de modernização conservadora e subproletariado, ou, no período pós-redemocratização, de *pemedebismo* conservador e subproletariado em termos de sociedade civil que garantiu a hegemonia da modernização conservadora no âmbito partidário-institucional, mantendo o *pemedebismo* partidário-institucional enquanto institucionalismo forte praticamente incontestado, não obstante todos os seus problemas internos (a corrupção bastante intensa e a falta de uma vinculação sociocultural mais incisiva da política, do Estado e das instituições públicas).

É por isso que necessitamos, conforme pensamos, acessar mais uma vez as características fundamentais de nosso processo de modernização conservadora para, nela, inserirmos o *pemedebismo*, o *lulismo*, o subproletariado e, inclusive, as jornadas de junho de 2013 com todas as suas conseqüências mais recentes em termos do *impeachment* de Dilma Rousseff e de retomada do *pemedebismo* conservador. Por *modernização conservadora* entendemos a consolidação do capitalismo brasileiro ao longo do nosso período republicano não a partir de uma ruptura e de uma superação de nossa condição colonial-periférica em termos econômico-culturais e de nossa constituição escravista-autoritária em termos socioculturais e político-institucionais. Por modernização conservadora, nesse sentido, entendemos, nessa conciliação de modernidade e colonialismo-escravismo, uma série de características centrais da sociedade brasileira do século XX, muito pungentes e dilacerantes, nesse início de século XXI: periferação econômico-cultural como traço ainda atual do colonialismo econômico-cultural, com uma economia altamente desindustrializada e desnacionalizada, basicamente marcada pela produção primária de *commodities* para exportação aos centros consumidores, pela baixa utilização e pelo pífio desenvolvimento de tecnologia e pelos baixos salários, além do crescimento enorme do trabalho informal e do subemprego; ao nível sociocultural, profundas desigualdades e preconceito e violência de classe, baseado na questão raça-cor, herança fundamental e ainda atual do escravismo; ao nível político-institucional, e como herança de colonialismo e escravismo, o autoritarismo político-

institucional avassalador em relação à sociedade civil e promotor de um tipo de partido político altamente elitista e tecnocrático, sobreposto, autorreferencial e autonomizado em relação à sociedade civil; como consequência, Estado de Direito e Constituição ainda bastante formais em relação à sua vinculação sociopolítica e constantemente instrumentalizados pelo institucionalismo forte, pelo dinheiro (cf.: Souza, 2012, p. 98-108, p. 154-155).

Ora, nesse contexto de modernização conservadora em correlação com traços colonialistas e escravistas, foi exatamente a meritocracia branca que, como classe sociocultural, garantiu a hegemonia de uma estrutura partidário-institucional marcada pelo institucionalismo forte e pelo autoritarismo partidário-institucional em relação à sociedade civil, na medida em que esse mesmo institucionalismo forte teria viabilizado, ao longo do tempo *e como contrapartida*, a legitimação da própria meritocracia branca não apenas como classe sociocultural hegemônica, mas também como base e critério político-normativo-metodológico para a legitimação das desigualdades e da estratificação social e para, a partir daqui, a orientação das instituições público-políticas e do Estado em sua vinculação sociocultural. O núcleo político-institucional da meritocracia branca como classe sociocultural hegemônica em termos de sociedade civil *é a modernização conservadora* e todos os governos nacionais republicanos estiveram sustentados por ela – pela meritocracia branca – *enquanto não tocaram nessa mesma modernização conservadora*, enquanto não a politizaram, enquanto mantiveram suas condições, sua estruturação e suas contradições em estado de latência (o que também significa: enquanto não promoveram a meritocracia parda, o subproletariado a sujeito epistemológico-político das políticas públicas e dos projetos político-institucionais em nível do Estado, como o fez o *lulismo*).

Em primeiro lugar, a meritocracia branca possui uma mentalidade altamente anti-Estado, anti-política e anti-social: para ela, quanto menos políticas públicas de integração sociocultural, melhor, porque ela pode, em grande medida, por meio de suas condições econômicas privadas mais privilegiadas, conseguir um

mínimo de mobilidade social, desde a esfera econômica privada até o âmbito das administrações e dos cargos públicos; no mesmo diapasão, ela pode, por causa do subproletariado, ter acesso à mão-de-obra (em todos os sentidos possíveis, inclusive sexual) barata, dócil e de fácil exploração. Nesse sentido, para ela, a modernização conservadora, naqueles pontos que definimos acima, é a forma societal-cultural e político-institucional por excelência, de modo que, repetimos, todos os governos republicanos, oligárquicos ou não, paternalistas ou não, ditatoriais ou não, que a legitimaram ou que a mantiveram em estado de latência, despolitizando-a, foram diretamente apoiados por ela, contrariamente àqueles que tentaram politizá-la e problematizá-la.

É o caso do *pemedebismo* conservador enquanto institucionalismo forte em termos partidário-institucionais. Ele somente manteve hegemonia praticamente incontestada até o primeiro governo Dilma na exata medida em que instituiu a modernização conservadora como plataforma e projeto político-institucionais de governo. É por isso que o social-desenvolvimentismo lulista demarca uma diferença fundamental em relação ao *pemedebismo* conservador, não obstante assumi-lo em cheio, já que ele traz para o centro da preocupação e da *práxis* política, institucional e partidária exatamente os grupos socioculturais marginalizados, o subproletariado, como nossa questão sociocultural e político-institucional fundamental. O conservadorismo político próprio ao *pemedebismo*, ao manter, legitimar e reproduzir a modernização conservadora em termos político-econômicos e socioculturais, favoreceu as classes médias e altas no que diz respeito ao *status quo*: por exemplo, altas taxas de juros, concentração de renda avassaladora, oportunidades públicas e altos empregos na economia em geral centralizados pelas e direcionados às classes médias e altas etc. Sobretudo, aqui, a ideia da política, do Estado e das instituições públicas enquanto vinculados sócio-culturalmente, interventores, compensatórios e orientadores da integração sociocultural incomodou e incomoda muito à meritocracia branca em sua defesa da modernização conservadora – para a qual, portanto, apenas o mérito, e não a política e o Estado, devem decidir e legitimar tanto a

estratificação social quanto a própria estruturação e a própria atuação da política e do Estado. Nesse sentido, o *pemedebismo* não foi e não é uma arena-estrutura-*práxis*-sujeito partidário-institucional autorreferencial e auto-subsistente, capaz de, por si mesmo e para si mesmo, legitimar-se, reproduzir-se e blindar-se ao longo do tempo, conforme acredita Marcos Nobre. Ele também não pode ser entendido a partir da centralidade do subproletariado, ao contrário do *lulismo*, conforme argumenta André Singer. Ora, o *pemedebismo* conservador enquanto institucionalismo forte foi hegemônico em termos partidário-institucionais por causa do sustento, da legitimidade e do apoio da meritocracia branca em termos de sociedade civil, ambos calcados na defesa e na promoção da modernização conservadora definida segundo o padrão da meritocracia branca. Em contrapartida, o *lulismo* partidário-institucional, enquanto *pemedebismo* mitigado-moderado-mediado pelo social-desenvolvimentismo, ao focar na integração do subproletariado por meio da vinculação sociocultural da política, do Estado e das instituições públicas, permitiu correlatamente a consolidação e o fortalecimento da meritocracia parda e certa problematização da imbricação de meritocracia branca e de modernização conservadora.

Portanto, contrariamente à posição de Marcos Nobre em sua interpretação do *pemedebismo*, afirmamos que essa estrutura-arena-dinâmica-sujeito partidário-institucional não pode ser entendida apenas e nem fundamentalmente pela sua autorreferencialidade e auto-subsistência, da mesma forma como, em consequência, uma abordagem teórico-política em relação a ela necessita de integrar institucionalismo e sociedade civil; no mesmo sentido, como crítica à interpretação do *lulismo* por André Singer, afirmamos que o subproletariado não pode ser a base da hegemonia social, política, cultural e normativa do *pemedebismo* conservador, embora seja efetivamente a base de atuação e de hegemonia do *lulismo* partidário-institucional (que também, de todo modo, contava, em um primeiro momento, com apoio razoavelmente elevado nas classes médias). Para nós, a base do *pemedebismo* é a meritocracia branca, o que significa dizer que o

pemedebismo partidário-institucional enquanto institucionalismo forte é sustentado, na sociedade civil, pela meritocracia branca enquanto classe sociocultural hegemônica em termos políticos, normativos e culturais. Daqui, e da correlação de *lulismo* e subproletariado, nós concluímos por uma correlação-oposição sociocultural e partidário-institucional que, essa sim, define a dinâmica de constituição, de legitimação e de evolução, com todas as contradições e tensões dali decorrentes, de nossa sociedade neste início de século XXI: trata-se da correlação e da contraposição entre, por um lado, meritocracia branca, modernização conservadora e *pemedebismo* partidário-institucional enquanto institucionalismo forte *versus* meritocracia parda, social-desenvolvimentismo e *lulismo* enquanto *pemedebismo* mediado-mitigado-moderado. O que entendemos por *meritocracia branca*? O que entendemos por *meritocracia parda*? E o que a correlação de *pemedebismo* enquanto institucionalismo forte em termos partidário-institucionais, modernização conservadora e meritocracia branca *versus lulismo* enquanto *pemedebismo* mitigado-moderado-dosado, social-desenvolvimentismo e meritocracia parda tem a ver com as jornadas de junho de 2013?

Por *meritocracia branca* entendemos e queremos significar a ideia e também o grupo sociocultural ou a classe social para os quais apenas o mérito individual – geralmente associado com o indivíduo branco euronorcêntrico – é o critério fundamental para a constituição, legitimação e enquadramento tanto do *status quo*, da estratificação social quanto do horizonte partidário-institucional e político-estatal. Nesse sentido, a meritocracia branca, ao acreditar que a única base do *status quo* e do poder (e do sentido e da atuação do poder, claro) é a meritocracia, desconsiderando, para isso, da base sociocultural e político-econômica que a funda, aponta diretamente para uma postura epistemológico-política e sociocultural anti-Estado, anti-política, anti-social, de modo que as instituições público-políticas em particular e a *práxis* político-normativa de um modo geral perdem a centralidade em termos de estruturação, dinamização e orientação da evolução social, abandonando, em grande medida, as funções de integração sociocultural e de correlação-conciliação

entre capital e trabalho. No caso da modernização conservadora brasileira, que é o contexto sociocultural, político-econômico e institucional-estrutural onde estamos inserindo a meritocracia branca, de onde estamos pensando essa mesma meritocracia branca, é possível perceber-se historicamente, e como herança da imbricação-correlação de colonialismo e escravidão, que a meritocracia branca – *branca* no sentido claro de raça-cor, oriundo do colonialismo-escravidão, embora certamente não o único sentido – embasa e propugna esse modelo de modernização conservadora que não apenas recusa, deslegitima um acerto de contas com os efeitos sociais, políticos, culturais, institucionais e econômicos do colonialismo e da escravidão, ainda hoje perceptíveis sob a forma de desigualdades e preconceito de classe, definidos em termos de raça-cor, bastante acentuados em nossa esfera sociocultural e político-institucional, sob a forma de autoritarismo político-institucional e de formalismo e de instrumentalização do Estado democrático de direito, sob a forma de periferização econômico-cultural etc. Ela também se contrapõe de modo direto, pungente e virulento às tentativas partidário-institucionais de inclusão e de integração, via instituições público-políticas e Estado, dos grupos socioculturais marginalizados e excluídos em termos de modernização conservadora, sustentando, com isso, essa postura anti-política, anti-Estado e anti-social de que vimos falando. É nesse sentido, aliás, que, como resposta à posição institucionalista de Marcos Nobre, estamos argumentando de que o *pemedebismo* conservador enquanto institucionalismo forte sempre teve forte base de apoio e de hegemonia sociocultural, política e normativa na sociedade civil e sob a forma da, a partir da, por meio da meritocracia branca. Por isso, aqui, se pode perceber a correlação de modernização conservadora, meritocracia branca e *pemedebismo* enquanto institucionalismo forte em termos partidário-institucionais enquanto a base, no Brasil contemporâneo de um modo geral e no período pós-redemocratização em particular, do conservadorismo político-institucional e sociocultural. O *pemedebismo* enquanto institucionalismo forte em termos partidário-institucionais manteve-se e mantém-se hegemônico ao

longo da redemocratização exatamente porque reproduz em termos políticos, partidários e institucionais a modernização conservadora propugnada e legitimada pela meritocracia branca, contando, por conseguinte, com o apoio bastante incondicional desta, não obstante seu (da meritocracia branca) pseudo-combate relativamente à corrupção – que ela falsamente julga nosso grande mal, posto que, na verdade, o grande mal, para ela, é exatamente a política, o Estado, as instituições público-políticas, principalmente quando elas estão vinculadas sócio-culturalmente (cf.: Avritzer, 2016, p. 83-96; Avritzer, 2011, p. 43-62; Meneguello, 2011, p. 63-82).

Na mesma dinâmica, Marcos Nobre, em nossa compreensão, se equivoca em interpretar as jornadas de junho de 2013 a partir do mote *a sociedade civil em bloco e como um todo* contra os partidos políticos *em bloco e como um todo*, contra as instituições públicas, contra o Estado. E ele se equivoca não apenas de modo correlato ao equívoco em conceber-se o *pemedebismo* enquanto institucionalismo forte em termos partidário-institucionais prioritariamente desde um ponto de vista institucionalista sem sociedade civil, *senão que exatamente por isso*. Com efeito, o que salta aos olhos nas análises de Marcos Nobre relativamente ao *pemedebismo* e às jornadas de junho de 2013 é, respectivamente, seu sentido institucionalista desligado da sociedade civil e a separação entre sociedade civil e sujeitos partidário-institucionais. Isto é, nas análises do referido autor, há uma separação, um corte direto entre a arena, a *práxis* e os sujeitos partidário-institucionais *versus* a sociedade civil, suas lutas e seus sujeitos epistemológico-políticos, de modo que, repetimos, o *pemedebismo* é um fenômeno basicamente institucional, desligado e destituído de hegemonia e de suporte na sociedade civil, assim como as jornadas de junho de 2013 são um fenômeno sociocultural separado da e destituído de hegemonia na esfera partidário-institucional, por parte dos sujeitos partidário-institucionais. Contrariamente a isso, como estamos fazendo ver, como estamos defendendo, há uma correlação absolutamente intrínseca entre *pemedebismo* conservador enquanto institucionalismo forte, meritocracia branca e modernização conservadora *versus lulismo* enquanto *pemedebismo*

moderado-mitigado-mediado, meritocracia parda e social-desenvolvimentismo.

Aliás, por *meritocracia parda* estamos entendendo tanto a mentalidade política, normativa e cultural quanto a classe sociocultural que, destituída de posses que lhe permitam autonomia e poder plenos em termos de alcançar os estratos mais altos do *status quo* e de o reproduzir ao longo do tempo em termos de meritocracia branca e livre-mercado, somente o pode fazê-lo na medida em que as instituições público-políticas e o Estado são ativos na vida sociocultural e em termos de integração sociocultural *conduzidas, definidas e orientadas* política e institucionalmente, o que significa dizer-se que a meritocracia parda não pode constituir-se e consolidar-se ao longo do tempo a não ser por um modelo de política e de Estado substantivos, profundamente vinculados em termos socioculturais (cf.: Singer, 2012). Note-se que essa dependência da *práxis* política e do Estado e das instituições públicas, por parte da meritocracia parda, não significa sua incapacidade – em qualquer sentido que esta possa ser pensada – em, por seus próprios esforços, possuir mobilidade social. Simplesmente a meritocracia parda não possui base material que lhe permita preparar-se em termos e capital simbólico para alcançar os altos cargos e as posições valiosas em termos econômicos e políticos, algo que a meritocracia branca possui. Em rigor, portanto, a meritocracia pura é uma falácia, um falso argumento utilizado pela meritocracia branca para justificar o injustificável, isto é, uma postura epistemológico-política e sociocultural anti-social, anti-Estado e anti-política. A meritocracia branca, de um modo geral detentora de riqueza econômico-material e de capital simbólico, consegue reproduzir sua hegemonia em termos de *status quo* ao longo do tempo não por sua capacidade cognitivo-intelectual, mas por seu poder econômico e político, assim como por meio de sua hegemonia cultural-normativa (a meritocracia pura como a base da integração social, da legitimação do *status quo* e de enquadramento-orientação-definição da política, do Estado e das instituições públicas). Ora, novamente, a meritocracia parda somente é possível pelo Estado, pelas instituições públicas e pela política,

daí que sua postura, relativamente a eles, é de defesa, legitimação e afirmação, contrariamente à postura sociocultural e epistemológico-política da meritocracia parda.

O *lulismo* enquanto, por um lado, normalização do *pemedebismo*, enquanto *pemedebismo* mitigado-moderado-mediado e, por outro, social-desenvolvimentismo assumiu como seu projeto político, partidário e institucional a promoção, a integração e a consolidação da meritocracia parda ao horizonte do trabalho e do consumo, por meio de uma série de atitudes institucionais, conforme comentamos acima: programas de distribuição de renda, incremento do acesso à educação superior, oferta bastante ampla de micro-crédito para subsidiar pequenas e médias atividades (que são o grosso da economia primária brasileira etc.), de modo a formar ou pelo menos a pretender-se, como sugere André Singer, um *Brasil de classe média* (cf.: Singer, 2012, p. 138), integrado a uma modernização conservadora mitigada e dosada de social-desenvolvimentismo, em que não apenas a meritocracia branca, mas também a meritocracia parda pudesse fazer parte ativa e constitutiva. Com isso, direta ou indiretamente, o *lulismo* promoveu a constituição da meritocracia parda como classe sociocultural que tem condições de ser hegemônica cultural, política e normativamente ao longo do tempo, oferecendo – de modo direto ou mesmo indiretamente – um importante contraponto à correlação de modernização conservadora, meritocracia branca e *pemedebismo* enquanto institucionalismo forte em termos partidário-institucionais, gerando, com isso, uma classe sociocultural, a meritocracia parda, que é profundamente ligada à e dependente da correlação de *lulismo* e social-desenvolvimentismo. No mesmo sentido, daqui surge uma contraposição que é bastante importante e pungente não apenas para entendermos os embates em termos de *pemedebismo versus lulismo*, com sua base na sociedade civil em termos de embate entre meritocracia branca e meritocracia parda, mas também para pensarmos a dinâmica e as potencialidades de nossa vida sociocultural e política, partidária e institucional para os próximos anos, a saber: uma visão, própria à meritocracia branca e sustentada por ela, anti-política, anti-Estado e anti-social, calcada

na pura meritocracia adquirida dentro do livre-mercado *versus* uma visão, própria agora à meritocracia parda, de meritocracia sustentada e orientada pelo reforço da política democrática, do Estado e das instituições público-políticas, que se tornam vinculadas sócio-culturalmente e tendo por objetivo primigênio a integração sociocultural dos grupos marginalizados em termos de meritocracia parda.

Precisamos de realizar um breve esclarecimento sobre os conceitos de meritocracia branca e de meritocracia parda enquanto *classes socioculturais*. A pertença a estas classes depende e não depende de critério econômico-material. Por exemplo, não é o fato de se possuir riqueza material, de se ocupar os mais altos estratos em termos de *status quo* que definirá a pertença à meritocracia branca e a contraposição à meritocracia parda, e vice-versa. Entretanto, também é óbvio que o critério econômico-material define a pertença a uma classe sociocultural ou a outra, posto que estamos argumentando exatamente que a meritocracia parda, enquanto classe sociocultural *miserável, excluída e marginalizada*, necessita dos processos políticos e institucionalizados, via Estado, de integração e de desenvolvimento socioculturais – algo que a meritocracia branca, se fosse compreendida apenas a partir do critério econômico-material, não necessitaria. Assumindo certa dependência de um óbvio critério econômico-material relativamente ao *status* e à pertença de classe, queremos afirmar, entretanto, que a meritocracia branca e a meritocracia parda são, antes de tudo e fundamentalmente, visões socioculturais, grupos socioculturais homogeneizados a partir de sua compreensão simbólico-normativa acerca do *status quo*, das relações sociais e, com isso, do sentido, do funcionamento, dos limites e das potencialidades da política, do Estado e das instituições públicas. De todo modo, quando focalizamos a modernização conservadora brasileira, mantenedora de vários aspectos do colonialismo econômico-cultural e da escravidão conforme argumentamos ao longo do texto, a meritocracia branca e, recentemente, a meritocracia parda enquanto classes socioculturais e visões de mundo aparecem de modo bastante explícito e pungente nas lutas sociais, na *práxis*

dos sujeitos epistemológico-políticos e, a partir disso, na arena, na *práxis* e nos sujeitos partidário-institucionais – apenas a título de exemplo, a bancada BBB, Boi, Bala e Bíblia enfatiza e utiliza muito a correlação de meritocracia branca e modernização conservadora como mote de suas posições partidário-institucionais. Existem, por conseguinte, provas bastante concretas de que essa correlação e essa contraposição entre meritocracia branca, modernização conservadora e *pemedebismo* partidário-institucional enquanto institucionalismo forte *versus* meritocracia parda, social-desenvolvimentismo e *lulismo* fazem parte fundante da e definem a constituição, a dinamização e a evolução sociocultural e político-institucional brasileiras, com suas influências diretas no âmbito partidário e pelos próprios partidos políticos. Por isso, não se pode pressupor um puro institucionalismo sem sociedade civil para entendermos nossa esfera, nossa *práxis* e nossos sujeitos partidário-institucionais, assim como não se pode, em relação aos nossos movimentos sociais, culturais e políticos ao nível da sociedade civil, pressupor-se uma pura atuação dessa mesma sociedade civil contra o âmbito partidário-institucional, desligada dele, independente dele – pelo menos, conforme argumentaremos adiante, esse não é o caso das jornadas de junho de 2013, marcadas pela contraposição entre meritocracia branca *versus* meritocracia parda na sociedade civil com seu correlato confronto, agora ao nível partidário-institucional, entre *pemedebismo* e *lulismo* em torno à questão da modernização conservadora.

Ora, essa contraposição, gerada e dinamizada pelo *lulismo* enquanto *pemedebismo* mitigado-moderado-mediado de e pelo social-desenvolvimentismo politiza totalmente a modernização conservadora e, com isso, o sentido, a constituição e o funcionamento de nossas instituições público-políticas, do Estado e dos partidos políticos em termos de esfera público-política, assim como politiza a nossa constituição sociocultural em termos de sociedade civil. Na verdade, como acreditamos, esta contraposição entre meritocracia branca, modernização conservadora e *pemedebismo* partidário-institucional enquanto institucionalismo forte *versus* meritocracia parda, social-

desenvolvimentismo e *lulismo* enquanto *pemedebismo* mitigado-moderado-dosado passa a definir a nossa estruturação e a nossa dinâmica societal-cultural-institucional brasileira de modo contundente e absolutamente político e politizante, desde a segunda década do século XXI. Com efeito, as discussões em torno à atuação dos partidos políticos, à organização e à *práxis* de nossas administrações públicas e de nossos legislativos (principalmente em âmbito federal) e mesmo ao tipo de *práxis* social, política e normativa que os sujeitos epistemológico-políticos ou as classes socioculturais da sociedade civil precisam assumir em relação ao horizonte partidário-institucional estão basicamente perpassados e definidos por aquela correlação acima comentada, de meritocracia branca, modernização conservadora e *pemedebismo versus* meritocracia parda, social-desenvolvimentismo e *lulismo*, o que também significa dizer-se que as disputas acontecem e acontecerão em torno à definição do sentido, da constituição e da atuação das instituições público-políticas a partir apenas da meritocracia branca ou tendo como foco as exigências e a constituição-promoção-consolidação da meritocracia parda. De todo modo, o que julgamos importante, nessa correlação, é o fato de que, em vários aspectos, pela primeira vez na história republicana brasileira temos uma classe sociocultural dotada de consciência e de ação de classe, embora ainda não totalmente hegemônica em termos culturais, políticos e normativos na sociedade civil, o que permite exatamente o enfrentamento direto da meritocracia branca e de sua posição epistemológico-política e sociocultural anti-política, anti-Estado e anti-social, basicamente meritocrática e privatista, apolítica e despolitizadora.

Ora, aqui chegados, concluímos duas coisas: primeira, de que não existe um puro institucionalismo desligado, independente e sobreposto à sociedade civil, um puro institucionalismo sem hegemonia em termos de sociedade civil e por parte de classes socioculturais específicas; segundo, de que não existe, como consequência, classes socioculturais da sociedade civil desligadas dos e sem correlação com os sujeitos partidário-institucionais. Essa correlação é absolutamente fundamente da política, das instituições e dos partidos políticos. Pois muito bem, como isso

pode ser percebido nas jornadas de junho de 2013 e em suas consequências posteriores? Mais: como aquela correlação-contraposição entre meritocracia branca, modernização conservadora e *pemedebismo* partidário-institucional enquanto institucionalismo forte *versus* meritocracia parda, social-desenvolvimentismo e *lulismo* perpassou, dinamizou e definiu o desenrolar das jornadas de junho de 2013? Como dissemos logo no início do texto, apenas uma análise bastante inicial e superficial das jornadas de junho de 2013 poderia concluir que elas se constituíam em um movimento homogêneo política, normativa e culturalmente que, não obstante a heterogeneidade dos sujeitos epistemológico-políticos dela participantes, de suas lutas e de suas pautas, apontava diretamente para a rejeição em bloco do *pemedebismo-lulismo* enquanto política estratégico-instrumental, corrupta e corruptora. No mesmo diapasão, apenas uma análise do início dessas jornadas teria condições de concluir que a corrupção do *pemedebismo-lulismo* era o mote central da ação homogênea daquela pluralidade de sujeitos epistemológico-políticos contra o *pemedebismo-lulismo* como um todo. Portanto, apenas em seu estágio inicial, mas no máximo isso, se poderia concluir que as jornadas de junho de 2013 representavam uma contraposição em bloco da sociedade civil contra os partidos políticos em geral, contra o Estado e contra as instituições públicas – um movimento em bloco contra, conforme falou Marcos Nobre, o *pemedebismo-lulismo*.

No decorrer do processo, foi-se explicitando e radicalizando a contraposição entre meritocracia branca, modernização conservadora e *pemedebismo* partidário-institucional enquanto institucionalismo forte *versus* meritocracia parda, social-desenvolvimentismo e *lulismo* enquanto *pemedebismo* mitigado-moderado-mediado. Com efeito, a contraposição entre *coxinhas* e *mortadelas*, entre *verde-amarelos* e *petralhas*, além das invectivas contra o excesso de Estado, de política e de direitos sociais *versus* a importância da política, das instituições e dos direitos sociais, assim como, de um modo mais geral, a contraposição entre meritocracia branca e meritocracia parda (naqueles termos que definimos acima), gradativamente passaram a ser a luta e a

contraposição-contradição centrais das jornadas de junho, o que significa que a meritocracia branca, fundada na modernização conservadora e dela defensora, colocou-se em luta aberta contra a correlação de meritocracia parda, social-desenvolvimentismo e *lulismo*, culpando esse mesmo *lulismo* e os *mortadelas* pelo grau de desestruturação sociocultural, de corrupção partidário-institucional e de crise político-econômica vividas pelo Brasil lulista-petista. Para isso, a meritocracia branca das e nas jornadas de junho apoiou clara, aberta e diretamente o *pemedebismo* conservador partidário-institucional enquanto institucionalismo forte, em uma imbricação e em um suporte mútuos entre conservadorismo na sociedade civil (sob a forma de meritocracia branca, posições totalitárias e militaristas e fundamentalismo religioso) e de política estratégico-instrumental conservadora por parte dos partidos de direita, como PSDB, PMDB, DEM, PP etc. Ora, o ponto mais pungente da meritocracia branca nas jornadas de junho consistiu em exigir do horizonte partidário-institucional *pemedebista* a derrocada do *lulismo* social-desenvolvimentista e a retomada da modernização conservadora sob a forma de *pemedebismo* partidário-institucional conservador e enquanto institucionalismo forte – não por acaso, as três políticas centrais do *pemedebismo* encabeçado por Michel Temer foram o congelamento dos investimentos públicos por pelo menos duas décadas sob a forma da PEC 241, a reforma da previdência (aposentadorias da população em geral) e lei da terceirização (reforma nas relações trabalhistas), isto é, a pauta tradicional do conservadorismo e do neoliberalismo em mútuo suporte e a favor da e com base na meritocracia branca em termos de modernização conservadora.

No mesmo diapasão, a meritocracia parda procurou defender a correlação de *lulismo* partidário-institucional e social-desenvolvimentismo como um projeto político, institucional e partidário sem volta para pensar-se, programar-se e legitimar-se a constituição-evolução sociocultural, político-econômica e partidário-institucional do Brasil contemporâneo, como um complemento-corretivo daquela base marcada pela correlação e mútuo sustento de meritocracia branca e de modernização

conservadora. Entretanto, (a) a extrema dramatização midiática da corrupção partidário-institucional, canalizando essa mesma corrupção para o *lulismo* e desviando-a do *pemedebismo* (dos principais partidos e das figuras político-partidárias centrais assumidas e fomentadas pelas jornadas de junho, como Aécio Neves, José Serra, Agripino Maia, Romero Jucá, o próprio Michel Temer etc., todos participantes dessas jornadas e, depois, artífices do golpe partidário-institucional que resultou no *impeachment* – todos eles, agora, denunciados pelas novas delações da Odebrecht no âmbito da Operação Lava-Jato), tornando-a tão exagerada que levava a cada um de nós ao desespero, à inação e ao abandono profundos; (b) a própria luta de classes socioculturais entre meritocracia branca e meritocracia parda, a partir de uma contraposição absolutamente abismal que não apenas impedia o diálogo sincero e crítico, senão que já partia do pressuposto do inimigo absoluto que deveria ser derrotado-destruído; e (c), por fim, a revolta do *pemedebismo* conservador relativamente ao *lulismo* social-desenvolvimentista no âmbito partidário-institucional, estas três características levaram à correlata hegemonia da meritocracia branca na sociedade civil e do *pemedebismo* conservador partidário-institucional enquanto institucionalismo forte no âmbito político institucionalizado, com a consequente derrocada do *lulismo* em termos partidário-institucionais e, como condição disso, a perda de hegemonia da meritocracia parda na sociedade civil. Ora, a derrocada do *lulismo* partidário-institucional e a perda de hegemonia da meritocracia parda na sociedade civil, com a hegemonia da meritocracia branca e do *pemedebismo* partidário-institucional conservador, levaram à retomada da modernização conservadora como a base sociocultural, político-econômica e partidário-institucional da sociedade brasileira atual, ainda que já não mais em sentido absoluto, por causa da consolidação da meritocracia parda e do *lulismo* social-desenvolvimentista em termos socioculturais, políticos e normativos.

Por que a meritocracia parda perdeu hegemonia para a meritocracia branca? Pesquisas recentes sobre pertença de classe podem nos ajudar a entender isso. Essas mesmas pesquisas têm

mostrado que grande parte da meritocracia parda, isto é, daqueles indivíduos e grupos socioculturais que ascenderam de estratificação social ao longo do *lulismo* social-desenvolvimentista e por meio dele, justificam tal ascensão por meio da meritocracia branca e de Deus, atribuindo a estes dois pólos – e geralmente de modo conjugado – a determinação de sua mobilidade social (cf.: Salata, 2016; Salata, 2015; Scanlon e Salata, 2016; Fundação Perseu Abramo, 2017). Ora, isto, além de totalmente equivocado, demonstra que, se por um lado a meritocracia parda é um fato empírica, cultural e politicamente constatável em nossa sociedade, de nossa sociedade, por outro a sua constituição enquanto classe sociocultural madura, com consciência e ação de classe, ainda demanda um largo tempo e uma *práxis* institucional-partidária que possa efetivamente construir, dinamizar e fundar essa maturidade de classe em termos de meritocracia parda. Isso nos leva a afirmar que, se é bem verdade que, como bem o reconheceu André Singer, o subproletariado (base majoritária da meritocracia parda) possui um sentido bastante conservador em termos político-culturais, além de estar vinculado normativamente ao ideal – também ele falso – da meritocracia branca pura e de sua correlação ao livre-mercado, o *lulismo* partidário-institucional apresentou deficiências profundas no que diz respeito a imbricar-se e ligar-se de modo mais efetivo e profícuo à meritocracia parda, no sentido de viabilizar a sua estruturação, legitimação, auto-compreensão e maturação como classe sociocultural com consciência e ação de classes. Se nos remontarmos a Marx, a Lênin, a Trotski e a Gramsci, por exemplo, a correlação entre partido político e classe social é o elemento fundamental tanto da *práxis* político-normativa quanto, *como condição disso*, da construção e da dinamização da hegemonia de classe. Por mais que as metáforas do partido como a cabeça da revolução e da classe social como o corpo ou o coração dessa mesma revolução possam parecer um tanto paternalistas ou tecnocráticas, é óbvio que o partido político de massas, se quiser ser hegemônico partidário-institucionalmente e, inclusive, ter poder de barganha e de contraposição em relação aos partidos oligárquicos e de constituição, dinâmica e *práxis* estratégico-institucionais, necessita

de estar completamente vinculado em termos socioculturais, construindo hegemonia sociocultural de classe em termos de sociedade civil. Ora, essa, em nossa percepção, foi uma das grandes falhas do *lulismo*, isto é, seu gradativo abandono e sobreposição em relação à sociedade civil, devido exatamente à sua normalização pela esquerda do *pemedebismo*, o que o obrigou, como condição da possibilidade do governo de coalizão, a assumir uma postura autorreferencial e auto-subsistente, apolítica e despolitizadora, de cunho e de ação estratégico-instrumentais que tinha de despolitizar tanto a sociedade civil quanto as diferenciações, as contradições, as tensões e as lutas intestinas ao partido político e à esfera partidário-institucional – lembremos, a título de exemplo, as expulsões de Luciana Genro, Heloísa Helena e Babá do PT por protestarem contra essa aproximação com e essa gradativa transformação do partido em *pemedebismo* estratégico-institucional e como institucionalismo forte em termos partidário-institucionais. Desse modo, a meritocracia parda enquanto classe sociocultural absolutamente majoritária em termos quantitativos, perdeu hegemonia para a meritocracia branca a partir das jornadas de junho de 2013, o que denota a falha do *lulismo*, mas também, como argumentaremos na próxima seção, as potencialidades de uma esquerda pós-lulista e anti-pemedebista, no que diz respeito a se correlacionar hegemonia partidário-institucional e hegemonia sociocultural de classe em termos de sociedade civil, projeto político-institucional-partidário e *práxis* político-normativa espontânea. A meritocracia parda, em nossa compreensão, representa o futuro e o presente do Brasil, o que significa, para a esquerda teórico-política, a base sociocultural e o sujeito epistemológico-político-normativo da hegemonia, posto que calcada na e dependente da política, da politização, da afirmação de um Estado e de instituições públicas ativas e vinculantes sócio-culturalmente. E, em nossa compreensão, a meritocracia parda tem condições, uma vez hegemônica, de contrapor-se de modo bem sucedido à correlação de meritocracia branca, modernização conservadora e *pemedebismo* partidário-institucional enquanto institucionalismo forte.

Enfim, o resultado das jornadas de junho de 2013, a partir da hegemonia da meritocracia branca em relação à meritocracia parda na sociedade civil, foi a retomada do *pemedebismo* partidário-institucional enquanto institucionalismo forte, calcados – meritocracia branca e *pemedebismo* conservador – na modernização conservadora enquanto plataforma sociocultural, político-econômica e partidário-institucional da sociedade brasileira. Isso nos permite afirmar duas coisas, pelo menos. A primeira: a corrupção não foi o mote central das jornadas de junho, talvez tenha sido, muito mais, um falso argumento para justificar a cruzada, por parte da meritocracia branca, contra a meritocracia parda e sua (da meritocracia branca) utilização do *pemedebismo* partidário-institucional como braço político para a derrocada institucional do *lulismo* social-desenvolvimentista e reafirmação da modernização conservadora como plataforma do governo *pemedebista* encabeçado por Temer e contando com o apoio do PMDB, do PSDB, do DEM, do PP, do Centrão de um modo mais geral etc. (PMDB e PP, aliás, que antes formavam a base partidária de apoio ao *lulismo*). Em verdade, o que podemos perceber mais recentemente, com a divulgação das sindicâncias da Polícia Federal, do Ministério Público Federal e dos inquéritos abertos no âmbito do STF contra autoridades políticas de foro privilegiado (recordemos da *Lista Fachin*) é que o *pemedebismo* partidário-institucional está tão ou mais envolvido que o *lulismo* em termos de corrupção partidário-institucional. Ora, se a corrupção fosse o mote central daquelas jornadas, da meritocracia branca em particular, então teríamos mais passeatas e mais panelas batendo, o que não é o caso. Na verdade, o silêncio, a complacência e a despolitização completos da meritocracia branca nesse atual momento são a prova mais cabal de que essas mesmas jornadas não foram, e esse seria nosso segundo ponto, um movimento em bloco da sociedade civil contra a corrupção partidária, institucional e estatal, mas sim um confronto aberto entre as correlações de meritocracia branca, modernização conservadora e *pemedebismo* partidário-institucional como institucionalismo forte *versus* meritocracia parda, social-desenvolvimentismo e *lulismo*. E o *impeachment* e a retomada do

pemedebismo conservador em termos partidário-institucionais, com a hegemonia da meritocracia branca na sociedade civil, bem como com a reafirmação institucional-societal-cultural da modernização conservadora como nossa plataforma constitutiva e evolutiva fundamentais, são o resultado basilar, por agora, dessas mesmas jornadas de junho de 2013. Enfim, tratou-se e se trata hoje de um conflito aberto entre classes sociais divergentes e opostas, não de uma degeneração institucionalista ou de um espontaneísmo em termos de sociedade civil.

2. Por uma esquerda pós-lulista e anti-pemedebista: prognósticos e proposições

As correlações de instituições e sociedade civil e de meritocracia branca e meritocracia parda podem nos ajudar a pensarmos a *práxis* político-normativa e metodológico-programática da esquerda pós-lulista e anti-pemedebista? A correlação-contraposição entre, por um lado, meritocracia branca, modernização conservadora e *pemedebismo* partidário-institucional enquanto institucionalismo forte *versus* meritocracia parda, social-desenvolvimentismo e *lulismo* podem nos ajudar a pensarmos a *práxis* político-normativa e metodológico-programática dos movimentos sociais, das iniciativas cidadãos e das minorias político-culturais na sociedade civil e a estruturação, constituição e dinamização da esquerda teórico-político em termos partidário-institucionais? Como poderíamos pensar em uma esquerda pós-lulista e anti-pemedebista que possa constituir um movimento político ao mesmo tempo horizontal em termos de sociedade civil e vertical no âmbito partidário-institucional que permita a imbricação, dependência e mútuo sustento entre institucionalismo e sociedade civil, partido e classe social, *práxis* partidário-institucional e *práxis* político-normativo espontânea, informal, inclusiva e participativa? Nossas reflexões a partir de agora, apenas a título de ponto de partida para esta seção, desta seção, tomarão por base as nossas duas conclusões acima elencadas, com nossa consequente proposta de interpretação das jornadas de junho de 2013 a partir de uma crítica e de uma

correção das abordagens de Marcos Nobre relativamente ao *pemedebismo* partidário-institucional e às jornadas de junho de 2013, e de André Singer e de seus conceitos de *lulismo* e de subproletariado. As duas conclusões foram: o *pemedebismo* partidário-institucional conservador enquanto institucionalismo forte não pode ser entendido apenas como um puro institucionalismo, senão que está umbilical e intrinsecamente ligado a posições socioculturais de classe na sociedade civil e à sua hegemonia; no mesmo sentido, as jornadas de junho de 2013 não podem ser entendidas como um movimento em bloco da sociedade civil contra os partidos políticos, as instituições públicas e o Estado, mas sim como um confronto de classe na sociedade civil em termos de meritocracia branca *versus* meritocracia parda representado, ao nível partidário-institucional, pelo confronto entre *pemedebismo* e *lulismo* em seus projetos político-institucionais, modernização conservadora *versus* social-desenvolvimentismo.

Nesse sentido, nossa proposta central, como crítica e correlação das posições de Marcos Nobre e de André Singer foi: o *pemedebismo* partidário-institucional conservador enquanto institucionalismo forte e o *lulismo* partidário-institucional enquanto *pemedebismo* mitigado-moderado-dosado de social-desenvolvimentismo, bem como o próprio subproletariado ou, em nossa linguagem, a meritocracia parda (de sentido um pouco mais amplo que o conceito de subproletariado) somente podem ser entendidos dentro do contexto sociocultural, político-econômico e institucional-metodológico representado pela correlação de modernização conservadora, com fortes ranços e traços colonialistas, escravistas e autoritários, e de meritocracia branca. Desse modo, as jornadas de junho de 2013, apresentaram de maneira absolutamente explícita, enquanto confronto de e entre classes socioculturais, a correlação e a contraposição entre, repetimos mais uma vez, meritocracia branca, modernização conservadora e *pemedebismo* partidário-institucional conservador como institucionalismo forte *versus* meritocracia parda, social-desenvolvimentismo e *lulismo* partidário-institucional como *pemedebismo* mitigado-moderado-mediado como sua dinâmica

política e politizante, base político-cultural e mote normativo basilares. A partir daqui, por conseguinte, queremos pensar as tarefas e a *práxis* de uma esquerda pós-lulista e anti-pemedebista diante da hegemonia dessa correlação de meritocracia branca na sociedade civil e *pemedebismo* partidário-institucional enquanto institucionalismo forte na esfera institucional, com seu projeto político-institucional, socioeconômico e normativo-cultural calcado na modernização conservadora.

Em primeiro lugar, por que *esquerda pós-lulista e anti-pemedebista*? Exatamente porque a nova esquerda teórico-política não pode mais ser *lulismo* em sentido estrito, principalmente no que diz respeito à sua normalização do *pemedebismo* partidário-institucional enquanto institucionalismo forte como a plataforma, a *práxis* e o sujeito políticos, partidários e institucionais a partir dos quais a constituição-estruturação-dinamização das instituições e sua relação com a sociedade civil se dão efetivamente e como condição da implantação partidário-institucional do social-desenvolvimentismo. As conseqüências mais claras da normalização e da utilização do *pemedebismo* conservador, apolítico e despolitizador, autorreferencial e auto-subsistente, de cunho e de ação estratégico-instrumentais, por parte do *lulismo*, foram exatamente: (a) a transformação do PT-*lulismo* em um partido estratégico-instrumental e sua concomitante transformação da política partidário-institucional em uma arena-*práxis* marcada pela compra e venda de apoio a qualquer custo e de qualquer forma; (b) a despolitização e a apoliticidade partidário-institucionais, posto que o *pemedebismo* como governo de coalizão calcado em maiorias suprapartidárias somente pode ser possível pela conciliação e pela assimilação absolutas de todos os interesses sociais e a partir da despolitização e da apoliticidade das diferenças entre os sujeitos epistemológico-políticos e classes socioculturais, pelo apagamento de suas tensões, de suas contradições e de suas lutas recíprocas tanto ao nível partidário-institucional quanto ao nível da sociedade civil; (c) a consolidação e o sustento, desde o próprio *lulismo* partidário-institucional, de forte sobreposição, autorreferencialidade, auto-subsistência e autonomização do horizonte, da arena, da *práxis* e dos sujeitos

partidário-institucionais sob a forma de *pemedebismo* como institucionalismo forte em relação à sociedade civil, às bases socioculturais que, historicamente, sempre estiveram alinhadas ao PT-*lulismo*; e (d) a normalização da correlação de modernização conservadora e meritocracia branca, por meio de uma política social-desenvolvimentista que, se por um lado procurou integrar e solidificar a meritocracia parda como classe sociocultural integrada e ativa, por outro o fez exatamente por formas político-institucionais (distribuição de renda, oferta de micro-crédito e aumento das vagas no ensino superior, ou redução de impostos relativamente ao consumo primário, além da dependência extrema da economia primária em termos de *commodities*, direcionadas aos mercados centrais e das altas taxas de juros ao longo de todos os governos petistas) que (1) não problematizaram com consistência e radicalidade aquela base político-econômica e sociocultural em termos de imbricação entre modernização conservadora e meritocracia parda, e que (2) também não levaram à consolidação da meritocracia parda como classe sociocultural madura, com consciência e com ação de classe, exatamente devido ao grande senso estratégico-instrumental, autorreferencial e auto-subsistente de um *lulismo* partidário-institucional que normalizou e assumiu para si o *pemedebismo* conservador, recusando a politização e o confronto mais abertos tanto ao nível partidário-institucional quanto ao nível da sociedade civil. Ora, as inúmeras denúncias e condenações por corrupção em lideranças históricas do PT mostram o quanto esse mesmo *pemedebismo* estratégico-instrumental adentrou até à medula desse mesmo PT, pondo em xeque sua legitimidade social, cultural e política.

Por isso, uma esquerda pós-lulista aprende com as falhas do *lulismo* e as supera em nome de uma política radical, participativa, inclusiva e afirmadora das lutas e das contradições ao nível da sociedade civil e no âmbito partidário-institucional, interligados profunda e mutuamente, inclusive por reconhecer que é somente a luta, a contradição e a oposição que geram sínteses produtivas e acordos profícuos em termos partidário-institucionais, assim como uma cultura democrática sólida de

crítica e de participação sociopolíticas no âmbito da sociedade civil. Quando há homogeneidade política estrita, há despolitização e apoliticidade, há institucionalismo forte, e isso emperra e praticamente elimina a democracia como participação abrangente, inclusiva e direta, como problematização, crítica e *práxis* político-normativas permanentes – isso elimina também a correlação de institucionalismo e sociedade civil, partidos políticos e movimentos sociais, iniciativas cidadãos e minorias político-culturais, partidos políticos e classes socioculturais. A esquerda teórico-política pós-lulista, por conseguinte, não pode ser *pemedebismo* enquanto institucionalismo forte, autorreferencial e auto-subsistente, apolítico e despolitizador, de cunho e de ação estratégico-instrumentais, nem compartilhar em absoluto com ele e com estas suas características. Por outro lado, é óbvio que esta mesma esquerda teórico-política pós-lulista é uma continuação – ainda que por outros meios – do *lulismo* partidário-institucional, especialmente no que se refere à correlação de social-desenvolvimentismo e de meritocracia parda.

Com efeito, já aprendemos bastante, com a dinâmica constitutivo-evolutiva de nossas sociedades democráticas em particular e da modernização ocidental de um modo mais geral que não se pode fugir de uma política institucionalizada e como *práxis* espontânea vinculadas sócio-culturalmente, de um modelo de Estado e de instituições públicas calcados na e dinamizados pela integração sociocultural e condução-orientação da evolução societal-cultural em termos estruturais. Como fizemos ver ao longo do texto, não existe meritocracia branca pura e nem uma esfera ausente de poder e de desigualdades ao estilo do livre-mercado neoliberal que, em correlação, possam dinamizar, legitimar e definir tanto a estruturação do *status quo* quanto, a partir daqui, a constituição, a legitimação e a *práxis* das instituições públicas, do Estado e dos partidos políticos, definindo, com isso, o que a sociedade civil, em seus múltiplos sujeitos epistemológico-políticos, pode ou não pode reivindicar política, cultural, normativa e *até economicamente* ao Estado, às instituições públicas e à política, como essa mesma sociedade civil pode e não pode agir politicamente sobre si mesma e sobre as

instituições e sujeitos epistemológico-políticos institucionalizados, assim como relativamente ao modo como o Estado e as instituições públicas podem ou não podem agir e vincular-se politicamente à sociedade civil. Vivemos no tempo da política e da politização, no tempo da centralidade e do sentido e do caráter inultrapassáveis dessa vinculação sociocultural das instituições públicas de um modo geral e do Estado em particular. E isso, a assunção, o esclarecimento e a utilização desses *sinais dos tempos*, deve ser assumido, mobilizado e dinamizado pela esquerda teórico-política. Nesse sentido, a herança do *lulismo* partidário-institucional em termos de correlação de social-desenvolvimentismo e de meritocracia parda, como contraponto à correlação de modernização conservadora e meritocracia branca, ainda é e deve continuar sendo, para a esquerda pós-lulista, sua chave programático-metodológica e político-normativa fundamental, basilar, norteadora e definidora.

Mas a esquerda pós-lulista, como dissemos, é acima de tudo e radicalmente *anti-pemedebista*. Ora, o que isso significa? Em nossa compreensão, uma esquerda anti-pemedebista significa e implica em quatro posturas teórico-políticas por excelência frente ao horizonte partidário-institucional e como sujeito partidário-institucional: primeiro de tudo, a recusa da apoliticidade e da despolitização, da autorreferencialidade e da auto-subsistência, bem como do cunho e da ação estratégico-instrumentais, em termos dos e por parte dos sujeitos partidário-institucionais, evitando-se, conseqüentemente, a autonomização e a sobreposição em relação à sociedade civil; em segundo lugar, a substituição de um governo de coalizão suprapartidário apolítico e despolitizador de suas contradições, lutas, tensões e diferenciações internas por um governo de contraposição e de enfrentamento de projetos político-institucionais que estão alinhados e vinculados à e dependentes da sociedade civil, da organicidade entre instituições, partidos políticos e sociedade civil; terceiro, a oposição ferrenha à correlação de modernização conservadora e meritocracia branca, que leva, ao nível partidário-institucional, a uma postura e a uma *práxis* anti-política, anti-Estado e anti-social, nas quais a meritocracia e o livre-mercado,

determinados a partir de argumentos e de práticas estratégico-instrumentais, assumidos como base da tecnocracia partidário-institucional, definem todas as possibilidades e todo espaço de atuação possíveis à política e às instituições públicas; quarto, o enfrentamento e a deslegitimação do institucionalismo forte, apolítico e despolitizador, autorreferencial e auto-subsistente, de cunho e de ação estratégico-instrumentais por uma *práxis* político-normativa ligada umbilicalmente à sociedade civil, às bases socioculturais e aos sujeitos epistemológico-políticos dessa mesma sociedade civil. Sobretudo, uma esquerda teórico-política anti-pemedebista é política e politizante, recusando de modo direto e pungente esse sentido estratégico-instrumental da política; ela também é totalmente correlacionada à sociedade civil, às suas lutas, às suas contradições e aos seus sujeitos epistemológico-políticos, e dependente de modo fundamental deles, de sua hegemonia e de sua participação e de sua ação diretas e inclusivas, de modo a evitar-se o institucionalismo forte, apolítico e despolitizador, autorreferencial e auto-subsistente, inclusive de modo a arrefecer-se a forte tendência a uma postura estratégico-instrumental muito própria da auto-subsistência e da autorreferencialidade partidário-institucionais, em especial quando o horizonte e os sujeitos partidário-institucionais estão autonomizados e sobrepostos à sociedade civil, às suas bases socioculturais.

A esquerda teórico-política também é anti-pemedebista em termos de sociedade civil, no que diz respeito à sua vinculação e à sua atuação na sociedade civil e a partir dela – e, a partir daqui, a partir da sociedade civil, em termos partidário-institucionais, conforme expusemos nesse parágrafo acima. Com efeito, o *pemedebismo* enquanto institucionalismo forte em termos partidário-institucionais (a) instrumentaliza os sujeitos epistemológico-políticos e os grupos socioculturais da sociedade civil; (b) substitui uma *práxis* político-normativa e politizante por uma ação partidário-institucional estratégico-instrumental com dinâmica autorreferencial e auto-subsistente, basicamente lógico-técnica, tecnocrática; (c) substitui a politização, a participação e a inclusão político-normativas abrangentes pelo institucionalismo

forte, em que o horizonte e os sujeitos partidário-institucionais têm total primazia e centralidade em termos de estruturação, legitimação e dinamização das instituições e, a partir daqui, da sociedade civil de um modo geral; e (d) está calcado na correlação de modernização conservadora e de meritocracia branca, assumindo uma postura partidário-institucional anti-social, anti-política e anti-Estado, de modo a legitimar essa modernização excludente e despolitizadora de sua própria evolução e de suas patologias. Ora, uma esquerda anti-pemedebista tem uma postura político-normativa totalmente contraposta a estes pontos acima, na medida em que (a) está umbilicalmente ligada à sociedade civil *em termos de práxis* político-normativa direta, inclusiva e participativa, que recusa qualquer possibilidade de institucionalismo forte, de autorreferencialidade, de auto-subsistência, de autonomização e de sobreposição partidário-institucionais em relação à sociedade civil; (b) é totalmente política e politizante, tanto por assumir essa *práxis* político-normativa inclusiva, participativa e direta quanto por depender fundamentalmente da hegemonia na sociedade civil em termos políticos, culturais e normativos para, a partir dali, buscar e conquistar hegemonia partidário-institucional, o que significa que o movimento constitutivo dessa esquerda teórico-política anti-pemedebista vai da sociedade civil para as instituições, contrariamente ao *pemedebismo*, que é uma forma de institucionalismo forte que coloca a sociedade civil em segundo plano (apoiado nisso pela meritocracia branca); e (c) assume, desvela e enfrenta as contradições e os limites próprios à correlação de modernização conservadora e de meritocracia branca, de modo a instituir uma política democrática de base no âmbito da sociedade civil e uma postura partidário-institucional favorável à vinculação sociocultural e ao fortalecimento político-institucional do Estado, da ação política, das instituições público-políticas.

Nesse aspecto, a esquerda teórico-política tem sua base epistemológico-política e metodológico-programática exatamente no enfrentamento da correlação entre meritocracia branca, modernização conservadora e *pemedebismo* partidário-institucional

enquanto institucionalismo forte, a partir do fomento e da intersecção com a meritocracia parda e sua base social-desenvolvimentista. Com efeito, conforme argumentamos ao longo do texto, o nosso maior desafio, em termos de esquerda teórico-política, está no enfrentamento da modernização conservadora sustentada, ao nível da sociedade civil, pela meritocracia branca enquanto classe sociocultural hegemônica e, ao nível partidário-institucional, por esse mesmo *pemedebismo* partidário-institucional conservador enquanto institucionalismo forte, apolítico e despolitizador, autorreferencial e auto-subsistente, de cunho e de ação estratégico-instrumentais. No mesmo sentido, conforme também foi argumentado no texto, esse enfrentamento é possível, necessário e factível exatamente pela herança do *lulismo* partidário-institucional, que foi a criação e a dinamização da meritocracia parda enquanto classe sociocultural originada e determinada pelo social-desenvolvimentismo, que desvela as contradições e as ilusões da modernização conservadora em sua correlação com a meritocracia branca, mostrando, em especial, que a meritocracia branca pura é completa ilusão que serve para sustentar uma postura sociocultural anti-política, anti-Estado, anti-instituições e anti-social, legitimando diretamente as desigualdades socioculturais e a marginalização político-econômica dos grupos socioculturais mais desfavorecidos e, em verdade, excluídos por um processo de modernização conservadora demarcado pela raça e pela cor, bem como pelo *status quo* inicial dos cidadãos e das cidadãs. Como mostrou muito bem Thomas Piketty em seu formidável *O Capital no Século XXI*, a concentração de riqueza se mantém estável ao longo do tempo, e não existe nenhuma meritocracia pura que possa superar essa situação: os ricos serão sempre ricos e os pobres serão sempre pobres. Para moderar e dosar essa tendência à concentração da riqueza e à reprodução dessa concentração ao longo do tempo *somente existem as instituições público-políticas e, no caso, o Estado* (cf.: Piketty, 2014). Daí a importância, para a meritocracia parda, de um modelo de política e de Estado substantivos, atuantes e vinculados sócio-culturalmente, que assumem como cerne de sua *práxis* a

integração sociocultural. Ora, para a esquerda teórico-política, como vimos dizendo, o enfrentamento da correlação de modernização conservadora e de meritocracia branca tem exatamente na meritocracia parda a classe sociocultural e o projeto político-institucional garantidores de sua hegemonia em relação ao *pemedebismo* partidário-institucional conservador enquanto institucionalismo forte.

Mas, para isso, a esquerda teórico-política pós-lulista e anti-pemedebista deve estar completamente vinculada à sociedade civil e totalmente comprometida com a construção conjunta da hegemonia política, normativa e cultural da meritocracia parda. Contrariamente ao *lulismo* que, por tornar-se fundamentalmente *pemedebismo* estratégico-instrumental, abandonou muito de seu trabalho de politização na sociedade civil e referentemente, em particular, à meritocracia parda, a esquerda pós-lulista e anti-pemedebista tem de centrar todos os seus esforços nesse trabalho político e politizante junto a esta classe sociocultural que, em nossa percepção, carrega o potencial político, normativo e cultural de servir como contraponto à meritocracia branca e seu projeto de modernização conservadora. Ora, conforme acreditamos, nenhuma hegemonia partidário-institucional da esquerda, se quiser enfrentar e vencer o *pemedebismo* partidário-institucional conservador enquanto institucionalismo forte, pode prescindir do apoio e da hegemonia política, cultural e normativa da meritocracia parda enquanto classe sociocultural. Em verdade, o sucesso partidário-institucional da esquerda teórico-política não é possível sem o apoio e a hegemonia dessa mesma meritocracia parda em termos de sociedade civil, o que demonstra a necessidade premente, para a esquerda, de aproximação direta com suas bases sociais e de seu trabalho inultrapassável de politização, de participação e de escuta dessa classe sociocultural flagelada permanentemente pelas contradições e pelas irracionalidades da modernização conservadora e deslegitimada de modo precípua pelo seu antípoda ferrenho, a meritocracia branca. Isso também significa e implica, em particular, que as contradições, as lutas e as tensões entre as classes socioculturais devam sempre ser mantidas acesas e pungentes pela esquerda

teórico-política como condição da democratização abrangente e radical da sociedade, e de uma democratização participativa, inclusiva e direta que vincula ferreamente institucionalização e espontaneidade, sociedade civil e instituições, sujeitos epistemológico-políticos não-institucionalizados e partidos políticos, a partir da hegemonia da meritocracia parda na sociedade civil – esta é a *conditio sine qua non* da esquerda teórico-política pós-lulista e anti-pemedebista, se ela quiser ter condições de enfrentar a correlação de meritocracia branca, modernização conservadora e *pemedebismo* partidário-institucional enquanto institucionalismo forte.

Aqui se delineia, conforme já comentamos de passagem acima, o tipo de *práxis* epistemológica, política e normativa, assim como o tipo de estratégia metodológico-programática, que a esquerda teórico-política pós-lulista e anti-pemedebista deve assumir na sociedade civil e, em particular, para com a meritocracia parda, para com os movimentos sociais, as iniciativas cidadãos e as minorias político-culturais: trata-se de uma *práxis* política-politizante, normativa e cultural hegemônica que vai das bases socioculturais para o horizonte partidário-institucional, da hegemonia sociocultural para a hegemonia partidário-institucional, da sociedade civil para as instituições, das classes socioculturais emancipatórias para o âmbito partidário-institucional. Essa *práxis* político-normativa da sociedade civil para as instituições permite a superação do institucionalismo forte em um duplo sentido: primeiro, a esquerda teórico-política enquanto partido não está sobreposta e nem autonomizada em relação às suas bases sociais, senão que dependente da hegemonia destas como condição de sua hegemonia partidário-institucional; segundo, mesmo em se tratando da hegemonia partidário-institucional, o programa político da esquerda anti-pemedebista e pós-lulista é um programa definido pelas suas bases sociais e aplicado em termos partidário-institucionais, fundado exatamente em uma *práxis* político-normativa democrática que é inclusiva, participativa e direta. Nesse último caso, aliás, não seria possível distinguir-se entre a correlação da esquerda com suas bases e o tipo de programa partidário-institucional e de alianças que ela

assumiria com o *pemedebismo* uma vez hegemônica institucionalmente. Não haveria, em verdade, lugar e espaço para uma aliança apolítica e despolitizadora, de cunho e de ação estratégico-instrumentais, porque a esquerda pós-lulista e anti-pemedebista aplica o programa definido e sustentado por suas bases socioculturais, pelas classes socioculturais que, uma vez hegemônicas, garantem a hegemonia partidário-institucional da esquerda teórico-política. Por outras palavras, a esquerda como partido não é independente das suas bases sociais, da hegemonia de suas classes socioculturais, sendo definida em sua atuação partidário-institucional por esta hegemonia, por estas bases sociais, por estas classes socioculturais. Esta, aliás, conforme pensamos, é a condição basilar para que a esquerda supere o institucionalismo forte, estratégico-instrumental, apolítico e despolitizador, autorreferencial e auto-subsistente em termos de *pemedebismo*, legado a ela (à esquerda) pelo *lulismo*.

Também julgamos importante a intersecção e a cooperação entre os diferentes movimentos sociais, iniciativas cidadãs e minorias político-culturais como estratégia metodológico-programática e como *práxis* epistemológica, política e normativa da esquerda teórico-política. Com efeito, movimentos sociais, iniciativas cidadãs e minorias político-culturais são, em freqüentes situações, muito particularizados e individualizados, bastante fracionados, não conseguindo, por causa disso, impactar de modo mais efeito o conservadorismo político-cultural e partidário-institucional solidificado de várias formas – pensemos, aqui, na meritocracia branca e no fundamentalismo religioso-cultural e em seus correlatos partidário-institucionais das bancadas parlamentares do boi, da bala e da Bíblia, a título de exemplo. Nesse sentido, nós defendemos que a esquerda teórico-política procure não apenas aproximar-se e encampar as lutas e as reivindicações políticas, normativas e culturais desses movimentos sociais, dessas iniciativas cidadãs e dessas minorias político-culturais, mas também aglutiná-las em um grupo sociocultural homogêneo, interligado e unido em termos de *práxis* político-normativa. De todo modo, são bandeiras por justiça social, democracia política,

inclusão cultural e reconhecimento jurídico-constitucional-institucional absolutamente interligadas e similares que, por isso mesmo, podem e devem andar de mãos dadas, serem parceiras de luta e de *práxis*, de luta como *práxis* político-normativa democrática, participativa, inclusiva e direta. Se, como vimos dizendo, um puro institucionalismo – e, em muitas situações, um puro institucionalismo forte – não é mais possível e nem viável para a esquerda teórico-política pós-lulista e anti-pemedebista; se, ainda conforme pensamos, a profunda vinculação sociocultural da esquerda junto à sociedade civil, aos seus sujeitos epistemológico-políticos ou classes socioculturais emancipatórios, às suas lutas e suas reivindicações, é a única forma possível e factível para uma reconstrução e uma reafirmação dessa mesma esquerda (o que significa, mais uma vez, a hegemonia das classes socioculturais na sociedade civil como base para a hegemonia política, partidária e institucional da esquerda), então, como síntese e fecho de abóboda de tudo isso, a intersecção e a unificação da luta desses movimentos, iniciativas e minorias torna-se uma *práxis* epistemológico-política e uma estratégia metodológico-normativa fundamentais para a esquerda teórico-política, não apenas para sua hegemonia, é claro, mas principalmente para o sucesso daqueles movimentos, iniciativas e minorias, posto que o sentido da esquerda está e deve estar em trabalhar para eles e a favor deles, recusando a centralidade do partido, sua autorreferencialidade e sua auto-subsistência, recusando, por conseguinte, um modelo de partido político estratégico-institucional enquanto fim em si mesmo. O princípio e o fim da esquerda partidário-institucional é a democracia, a partir da luta e da afirmação das classes socioculturais marginalizadas e excluídas e por elas, e não o institucionalismo puro e simples enquanto fim em si mesmo.

Outro ponto epistemológico-político e metodológico-programático fundamental à esquerda pós-lulista e anti-pemedebista diz respeito à necessidade imperiosa de diferenciação entre partidos políticos *versus* Estado e instituições público-políticas, em especial quando falamos de corrupção. O tema da corrupção partidário-institucional, absolutamente em

voga hoje e dramatizado pela mídia de uma forma caricaturada, novelesca e bastante ridícula e apelativa, como que aponta para a percepção de que as instituições público-políticas de um modo geral e o Estado em particular são e fomentam a corrupção estrutural e totalizante, o que também aponta para o fato de que a política é uma arena e uma *práxis* corrupta e corruptora, em que os sujeitos epistemológico-políticos adentram e da qual eles se utilizam exatamente para enriquecimento e favorecimento pessoais. Essa interpretação simplista e dramática, aliás, é assumida em cheio pela meritocracia branca em sua cruzada anti-instituições, anti-Estado e anti-política, e a favor da meritocracia branca pura em sua associação ao livre-mercado. Não por acaso, aliás, a mídia central e a meritocracia branca andaram de mãos dadas nas jornadas de junho e na realização do *impeachment*, andando também de mãos dadas nesse momento em que o *pemedebismo* hegemônico é destruído-desmoralizado normativamente pelas investigações da Operação Lava-Jato, em particular pela *Lista Fachin*. Entretanto, esta interpretação simplista e generalista que percebe a corrupção como uma base estrutural das instituições público-políticas e do Estado e da política não é verdadeira em absoluto. A corrupção existe, com certeza, mas é causada pelos partidos políticos autorreferenciais e auto-subsistentes, de cunho e de ação estratégico-instrumentais, em sua intersecção com o capital privado e com funcionários públicos corruptos, mas essa mesma corrupção não é o núcleo das instituições público-políticas, do Estado e da política, posto que estas são determinadas pelos grupos de poder hegemônico dentro delas e fora delas (posto que, mais uma vez, a correlação de institucionalismo e sociedade civil é fundamental para nossa análise). No mesmo sentido, continuando nossas reflexões, se a corrupção está na base de nossas instituições e de nossos partidos políticos, por que a meritocracia branca não retorna às ruas para combater o atual governo de coalizão? Simplesmente porque o combate à corrupção não era e não é seu mote principal, mas sim a derrocada do *lulismo* social-desenvolvimentista por meio da retomada da correlação de *pemedebismo* enquanto institucionalismo forte e meritocracia branca, e a partir da hegemonia da

meritocracia branca em relação à meritocracia parda em termos de sociedade civil. Enfim, a esquerda teórico-política deve esforçar-se para desvincular partidos políticos, de um lado, e Estado, instituições público-políticas e *práxis* político-normativa, de outro, de modo a situar a corrupção em seu devido lugar e nos seus verdadeiros promotores e culpados dela – partidos políticos estratégico-instrumentais e capital privado, em estreita associação e dependência. Essa diferenciação entre eles e o esclarecimento em torno à corrupção são importantes porque, se essa interpretação generalista e simplista, sustentada pela meritocracia branca e dinamizada pela mídia de modo absurdamente dramático e novelesco e totalizante, for hegemônica e consolidar-se em nosso imaginário simbólico-normativo e em nossa cultura público-política, correremos o perigo consequente de consolidar-se uma mentalidade sociocultural e político-normativa conservadoras, anti-Estado, anti-instituições e anti-política que põe em xeque a democracia via participação social inclusiva e via esfera e sujeitos partidário-institucionais sensíveis, abertos e comprometidos com a democracia, o que levará diretamente à supremacia do *pemedebismo* enquanto institucionalismo forte, apolítico e despolitizador, autorreferencial e auto-subsistente, de cunho e de ação estratégico-instrumentais. Em suma, aceitar que a corrupção seja um fenômeno totalizante e enraizado na própria medula das instituições público-políticas, do Estado e da política em geral, muito mais do que apenas nos partidos políticos, acaba por fortalecer o *pemedebismo* partidário-institucional conservador enquanto institucionalismo forte, na medida em que desmobiliza, despolitiza e deslegitima as lutas sociais, a participação sociocultural inclusiva e direta e os partidos políticos efetivamente comprometidos com a democracia política, com a justiça social, com a inclusão sociocultural e com o reconhecimento jurídico-constitucional-institucional das diferenças, que *somente são possíveis por meio da ênfase na política, nas instituições públicas e no Estado*. Nesse quesito, a meritocracia branca é tacanha exatamente por ludibriar-nos em termos de colocar a corrupção como a raiz fundante e determinante das instituições público-políticas, do Estado e da *práxis* política democrática,

como estando no próprio DNA destas, e não apenas nos partidos políticos estratégico-instrumentais. Isso precisa ser enfrentado com força, com consistência e com publicidade.

Além disso, a esquerda teórico-política deve lutar com base no Estado democrático de direito e na Constituição e em favor de sua realização efetiva, integral, universal. Ela não pode instrumentalizá-los e nem negá-los, senão que, como dissemos, lutar por sua realização integral e defendê-los contra a instrumentalização a que são submetidos por diferentes forças sociais, políticas e culturais. Há uma compreensão ainda bastante em voga, em certas posições da esquerda, de que o Estado democrático de direito e a Constituição são superestrutura calcada no domínio material-econômico de classes, o que implica tanto em que eles sejam resultado e instrumento do capital quanto formais no que se refere às classes trabalhadoras, aos grupos socioculturais marginalizados. Mas isso não é verdade em sentido estrito: o Estado democrático de direito e a Constituição representam, significam e carregam um profundo ideal de universalidade, de igualdade e de integração democráticas que apontam para arranjos material-econômicos, conjuntos de direitos individuais, sociais e políticos ampliados, instituições público-políticas atuantes e vinculadas sócio-culturalmente, cultura público-política democrática e formas de participação sociocultural e político-normativas que são o que de melhor nós temos e consolidamos em nossa história humana de um modo geral e em termos de democratização abrangente em particular. Só por essa razão – que, de todo modo, é razão mais do que suficiente –, lutar com base neles, por meio deles, a partir deles e por sua realização efetiva e universal deve ser o desafio e a prática corriqueiros da esquerda teórico-política pós-lulista e anti-pemedebista. Inclusive, a instrumentalização, o escamoteamento e a negação do Estado democrático de direito e da Constituição são prática absolutamente normal, normalizada e freqüente das oligarquias, dos endinheirados, em termos de *crimes de colarinho branco*, o que, mais uma vez, prova que, quando a esquerda denigre e nega esse sentido democrático e emancipatório e universal do Estado democrático de direito e da Constituição, ela

está se aproximando diretamente da prática das oligarquias, dos endinheirados, dos criminosos e das criminosas de colarinho branco.

Por fim, a esquerda teórico-política deve ser utópica e trazer esperança com a política, com a vida política, com a participação política, assim como mostrar, por assim dizer, a *felicidade* da política, da vida política, da *práxis* político-normativa (cf.: Danner, 2012; Rancière, 2014), isto é, lutar contra o desespero, a inação e ao desânimo avassaladores que são armas fundamentais do conservadorismo contra todos os movimentos sociais, iniciativas cidadãos e minorias político-culturais que participam e que lutam na esfera público-política por justiça, igualdade, democracia política e inclusão, que lutam contra as injustiças e as degenerações socioculturais, político-econômicas e partidário-institucionais, no sentido de consolidar a política, a politização, a participação permanente, inclusiva e direta como a base de qualquer transformação sociocultural e político-institucional. A esquerda, com isso, deve enfatizar a *práxis* político-cultural como o caminho fecundo, produtivo e *possível* para a correlação partidário-institucional em particular e para a construção e transformação dos problemas socioculturais e político-econômicos de um modo mais geral. Primeiro de tudo, esse desespero, essa inação e esse desânimo em relação a uma situação partidário-institucional que, aparentemente, degingolou de vez em termos de corrupção estrutural, de assunção-consolidação de práticas totalmente estratégico-instrumentais e de autonomização, sobreposição, autorreferencialidade e auto-subsistência partidário-institucionais, não são verdadeiros, porque não estamos no fim do poço, ainda. E, de todo modo, mesmo que estivéssemos nessa situação, a opção é morrer afogado, de fome, abandonado nesse poço, ou tentar com unhas e dentes sair dele. Essa é a sina de todos os movimentos sociais, de todas as iniciativas cidadãos e de todas as minorias político-culturais, isto é, saber que, de antemão, sua situação é essa do fundo do poço, de marginalização institucional e sociocultural e de violência por parte das classes socioculturais hegemônicas, o que implica na necessidade de luta social, de *práxis* político-normativa que possa

tirar-nos dele, reavivando nossa consciência de nós mesmos, nossa confiança em nós mesmos, bem como nosso senso de politização e de cidadania (cf.: Rancière, 2014, p. 121; Habermas, 2003, p. 99; Honneth, 2003, p. 258, p. 269-271). Segundo, é nossa situação de marginalização e de violência, institucionalizadas em muitas situações, que devem nos levar a afirmar a *práxis* político-normativa e afirmarmo-nos sob a forma de *práxis* político-normativa, enquanto classe sociocultural madura, com consciência e ação de classe, que pode e deve contribuir com a democratização da sociedade de um modo geral e das instituições público-políticas em particular. Às vezes, uma mudança sociocultural mínima pode levar a grandes transformações no horizonte partidário-institucional e daqui novamente para a sociedade civil. Isso não pode ser esquecido e, ao contrário, deve ser assumido e afirmado pela esquerda teórico-política em sua profunda e orgânica imbricação com a sociedade civil, com seus movimentos sociais, com suas iniciativas cidadãs e com suas minorias político-culturais.

Referências bibliográficas

- AVRITZER, Leonardo. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- AVRITZER, Leonardo. “Governabilidade, sistema político e corrupção no Brasil”, p. 43-62. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). *Corrupção e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- DANNER, Leno Francisco. “Contemporary political theory, institutionalism and spontaneity: a radical democracia from where and by whom?”, *Revista Portuguesa de Filosofia*, v. 72, p. 1107-1144, 2016a.
- DANNER, Leno Francisco. “Systemic theory, strong institutionalism and representative politics: another way to a radical democratic politics”, *Dois Pontos (UFPR)*, v. 13, p. 123-142, 2016b.

DANNER, Leno Francisco. “A felicidade da política: ou sobre a importância de a política democrática se rejuvenescer”, *Horizonte: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, v. 10, p. 937-958, 2012.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Percepções e valores políticos nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017. Data de acesso: 21/04/2017. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/Pesquisa-Periferia-FPA.pdf>

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade* (Vol. II). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

MENEGUELLO, Rachel. “O lugar da corrupção no mapa de referências dos brasileiros: aspectos da relação entre corrupção e democracia”. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). *Corrupção e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

NERI, Marcelo. *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.

NOBRE, Marcos. *Choque de democracia: razões da revolta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013a.

NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013b.

RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.

SALATA, André. *A classe média brasileira: posição social e identidade de classe*. Rio de Janeiro: LetraCapital, 2016.

SALATA, André. “Quem é a classe média no Brasil? Um estudo sobre identidade de classe”, *Dados*, v. 58, p. 111-148, 2015.

SCANLON, Celi; SALATA, André. “Desigualdades, estratificação e justiça social”, *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, v. 16, p. 179-188, 2016.

SINGER, André. *Sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

PIKETTY, Thomas. *O capital do século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.